



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 106

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### COMISSÃO MISTA

Incumbida de emitir Parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1967 (C.N.), que "Institui a Duplicata Fiscal"

#### EMENDAS APRESENTADAS

ÍNDICE DAS EMENDAS  
POR ORDEM ALFABÉTICA DOS  
AUTORES

**Congressistas — Número das Emendas**  
Deputado Ademir de Barros Fº — 3.  
Senador Eurico Rezende — 7.  
Deputado Francelino Pereira — 8.  
Deputado Pedro Faria — 1, 2, 4, 5, 6 e 9.

#### Observação:

Todas as emendas foram aceitas preliminarmente, para exame do Relator e da Comissão.

#### Nº 1

#### SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As vendas efetuadas por contribuintes do imposto sobre produtos industrializados (IPI), poderá o vendedor entregar, juntamente com a guia do tributo devido e antes dos respectivos vencimentos a bancos autorizados pelos órgãos fazendários, "bordereaux" acompanhados de duplicatas mercantis de valor equivalente ao do tributo, com vencimento máximo de 60 (sessenta) dias, que ficarão em poder dos bancos em cobrança, vinculadas ao pagamento de imposto.

Art. 2.º Ficará o emitente obrigado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do vencimento estabelecido para o pagamento do tributo a completar o montante que faltar para integralizar o valor total do imposto, comprometendo o contribuinte responsável até a liquidação integral do débito.

Art. 3.º O contribuinte que deixar de cumprir o disposto no § 1.º ficará sujeito a multa de 5% (cinco por cento) do valor das duplicatas não recolhidas no prazo e não cobertas pelo emitente, nos termos do § 1.º deste artigo.

Art. 4.º O valor do imposto sobre circulação de mercadorias também poderá, nos termos do regulamento estadual próprio, instituir o regime de pagamento do imposto pela forma da presente lei.

Art. 5.º Fica revogado pela presente, o Decreto-lei nº 233, de 28 de fevereiro de 1967.

#### CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APROVAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em cumprimento ao disposto no art. 62, § 3º da Constituição, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às 21 horas e 30 minutos do dia 20 de setembro do ano em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado, conhecerem dos vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

1º Nº 72-67 na Câmara e nº 62-67 no Senado, que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou SUDAM. (veto total.)

2º Nº 4.866-B-62 na Câmara e nº 109-64 no Senado, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências. (veto parcial.)

3º Nº 155-B-67 na Câmara e nº 72-67 no Senado, que acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1934, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1936. (veto total.)

Senado Federal, em

Art. 4º O projeto da duplicata mercantil far-se-á de acordo com a Lei nº 187, de 15-1-36, sempre mediante prévia solicitação do emitente.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificativa

O substitutivo que ora submetemos à apreciação de nossos dignos pares, pelo seu alto sentido, visa a possibilitar às empresas um desalívio para o acréscimo do chamado capital de giro reduzindo, ao mesmo passo, os custos financeiros, com reflexos no custo de produção e de vendas, das mesmas empresas.

A medida, aliás, já provou sobejamente no campo da Previdência Social, com resultados auspiciosos para a arrecadação das contribuições previdenciárias, através do denominado pagamento das taxas mediante entrega de "bordereaux" de duplicatas mercantis, sob forma vinculativa.

E' de prever-se que idêntico resultado seja colhido, também, na área dos tributos federais, tanto quanto dos impostos estaduais. Basta que a disciplina da matéria seja levada a efeito em termos flexíveis, que assegurem os interesses do fisco e do contribuinte. Evidentemente o substitutivo proposto liberar sem entraves formalidades onerosas aos produtores ou fabricantes contribuintes do direito do IPI

e do ICM. Do encargo de financiar o futuro, na medida em que são obrigados a recolher ao erário o valor desses impostos antes de recebê-los do comprador. Com isso se propiciará o reforço do capital de giro das empresas, sem duplicação de serviços de atendimento, contabilização e cobrança, como certamente ocorrerá desde que adotado o projeto-de-lei que institui a chamada duplicata fiscal. E ainda com a vantagem de evitar a burocratização maior das atividades produtivas, desnecessariamente.

Pelas razões expostas, verifica-se que o presente substitutivo é de modo a alcançar os altos objetivos a que se propõe.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 1967. — Pedro Faria.

#### Nº 2

#### EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se do projeto de lei nº 7-67-CN — o artigo 1º e seus parágrafos 2º, 3º e 4º.

#### Justificativa

A proposição oferecida ao Congresso Nacional longe de propiciar vantagens às empresas traz para as mesmas uma série de encargos: o comprador, compelido pelas disposições da lei, fica obrigada no momento a duplicata fiscal renegando para depois do prazo a cobertura da

duplicata mercantil, e assim o capital de giro das empresas, ao invés de ser beneficiado, torna-se prejudicado, que impede a sua expansão e desenvolvimento o oposto da ideia que presidiu a elaboração do projeto de lei.

Além disso, os encargos que se acrescem são evidentes: emissão, registro e cobrança das duplicatas fiscais, além da necessidade de cobrança dos impostos devidos, o que interfere consideravelmente nos custos operacionais das empresas. A partir disso, quando no sentido da redução da propostura, admitir as pessoas físicas que o projeto prevê nos casos de não realização de capital a fiscal e em larga de processo, no caso de não ser a redução no vencimento. Tais mudanças não de responsabilidade de adquirentes e que é um contrassenso, já que o projeto estabelece que o sacador não se exonera do recolhimento ao tributo com a simples emissão da duplicata fiscal ou com o seu não pagamento na época devida pelo sacado.

Na proposição em que se altera a intenção do legislador, na prática, chega-se ao contrário, a uma situação de que a duplicata fiscal não emite em muitos casos, ao comercializar e ao industrial o encargo de manter o tesouro. Sem dúvida a adoção do novo sistema aumentará o custo operacional de todas as firmas comerciais ou I.P.I., decorrente da duplicação dos serviços de atendimento, contabilização e cobrança operando igualmente no momento aos serviços bancários e dos comarcários, além de dificultar grandemente, ou tornar inviável a emissão simultânea da nota-fiscal-fatura.

Tudo isto a indicar, inevitavelmente que o projeto de lei nada tem de útil ao comércio e à indústria em geral. Ao contrário acarretará aumento das formalidades, prejudicando o andamento dos custos operacionais e mantendo a situação atual, todas as grandes possibilidades que prevê. E é óbvio que a medida proposta não traz a justiça, hoje, em face dos novos prazos fixados para o recolhimento do I.P.I., de acordo com o Decreto-Lei nº 223, de 8 de maio de 1937.

Considerando, ainda, as dificuldades e entraves que a aplicação da proposição poderá suscitar na prática, especialmente na área cartorária, já notoriamente sobrecarregada, em relação aos protestos, será de toda conveniência que, para efeito de reexame ou reformulação, se rejeite o projeto de lei em tela, o que, aliás,

constitui objetivo da presente emenda supressiva dentro dos sadios princípios de defesa dos interesses do governo e da economia do país.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1967. — Deputado *Pedro Faria*.

Nº 3

Substituir no artigo 1º, a expressão "emitirá obrigatoriamente" por "poderá emitir".

Suprimir os parágrafos 4º e 5º do artigo 1º e o artigo 3º do projeto.

*Justificativa*

Tornando facultativa a emissão da duplicata fiscal, visamos com as emendas ora apresentadas, dar ao industrial, que é o contribuinte e o único responsável pelo pagamento do tributo, o direito de, atendendo às circunstâncias do negócio, às condições do mercado e à sua situação econômico financeira e a do comprador, valer-se ou não daquela faculdade legal. Emitir ou não a duplicata fiscal.

A obrigatoriedade da emissão da duplicata fiscal, além de acarretar uma duplicação de serviços, pois implicará na emissão de duas duplicatas em vez de uma; contabilização dupla; controle e cobrança de dois títulos e etc... é do ponto de vista econômico um absurdo, um contrasenso.

A obrigatoriedade da emissão da duplicata fiscal só seria justificável se o ônus, a responsabilidade pelo recolhimento do tributo fosse de fato, transferida para o comprador; se, com a emissão da duplicata fiscal o industrial ficasse efetivamente exonerado da responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

Entretanto, não é isso que acontece.

Como se verifica do projeto (art. 1º, §§ 3º e 5º, e art. 3º), o industrial será obrigado a emitir a duplicata e protestá-la, por falta de pagamento, sob pena de incorrer na multa de 50% do seu valor, mas não ficará exonerado de recolher o tributo dentro do prazo legal, pois, se o comprador não pagar a duplicata, o industrial terá que arcar sozinho com o ônus do imposto, pois não poderá contar o desconto bancário.

Ora, hoje ninguém ignora e é mesmo ponto pacífico no campo do direito tributário, que apesar de prevista e autorizada por lei, na prática, a transferência, a transação do ônus financeiro do tributo nem sempre é possível.

Sendo um fenômeno econômico e não jurídico, e devendo efetuar-se através de um acréscimo ao preço das mercadorias, a transferência do imposto fica sempre sujeita à lei da oferta e da procura e só será possível se as condições do mercado permitirem.

As vezes, devido as condições desfavoráveis do mercado, o industrial fica impossibilitado de transferir ao comprador o ônus do imposto através do seu acréscimo ao preço e vê-se, então, na contingência de arcar com aquele ônus, ou não conseguir colocar seu produto.

Aliás, recentemente, relatando perante o Supremo Tribunal Federal, o Recurso Extraordinário nº 45.977, o Ministro Aílton Balleiro, citando Brochier e Tabatoni, dois mestres da Economia Financeira Moderna, teve oportunidade de salientar que, em sua obra "Economia Financeira", aqueles autores

"recapitulam as condições sem as quais não ocorrerá a transferência do imposto, esclarecendo que a elasticidade da oferta depende da mobilidade e da possibilidade de lucro" (profitabilidade), estabelecendo que há casos em que "a firma poder estar a mercê dos compradores" e ficará impedida de majorar o preço com o fim de ressarcir o ônus fiscal. Além disso, se ela insistir

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

na majoração, poderá haver redução global da produção ou da venda com o aumento dos custos, que Marshall batizou de "external diseconomies". (Revista Trimestral de Jurisprudência, Vol. 40, pág. 39).

Vê-se, assim, que a obrigatoriedade da emissão da duplicata fiscal, em vez de beneficiar o industrial, poderá, em certas condições, trazer-lhe graves e enormes prejuízos, pois, como muito bem frizaram os economistas citados por Aílton Balleiro, se o industrial for obrigado a insistir na transferência do ônus do imposto, poderá sofrer uma "redução global da produção ou da venda com o aumento dos custos".

Um dos graves erros dos governos em matéria de economia, tem sido procurar colocar, prender, dentro dos limites rígidos estreitos e imutáveis das leis, fenômenos e fatos que, por serem essencialmente econômicos e não jurídicos, são extremamente mutáveis e só pelas leis econômicas podem ser disciplinados.

Sala da Comissão, 28 de agosto de 1967. — *Adhemar de Barros Filho*, Deputado Federal.

Nº 4

Dê-se ao artigo 1º do Projeto-de-lei nº 7-67 (CN) a seguinte redação:

Art. 1º Nas vendas efetuadas por contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, realizadas a prazo superior a 60 (sessenta) dias, o vendedor emitirá, obrigatoriamente, duplicatas de valor equivalente ao imposto, com vencimento máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

*Justificativa*

A presente emenda dilata o prazo "superior a 30 (trinta) dias", constante do projeto, para "superior a 60 (sessenta) dias". Com isso será grandemente diminuído o número de duplicatas a serem emitidas com grande economia de material e de trabalho. Dessa forma tornar-se-á obrigatória a emissão de duplicatas fiscais para vendas a prazo longo, objetivo principal da lei ora projetada.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1967. — Deputado *Pedro Faria*.

Nº 5

Dê-se ao artigo 1º do Projeto-de-lei nº 7-67 (CN) a seguinte redação:

Art. 1º Nas vendas efetuadas por contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, realizadas a prazo superior a 30 (trinta) dias, poderá o vendedor emitir duplicata de valor equivalente ao imposto, com vencimento máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

*Justificativa*

A emenda ora formulada visa tornar a emissão da chamada duplicata fiscal, facultativa e não compulsória, como consta do Projeto-de-lei nº 7-67 (CN). Em verdade se a preocupação do Governo é aumentar o capital de giro próprio das empresas, também não é menos certo que sua intenção é de não acrescer os custos operacionais, a dano dos vendedores e, por reflexo, dos adquirentes ou compradores. Deve-se, pois, reservar-se às

empresas o direito de opção: ser-lhes-á facultado adotarem ou não do regime da duplicata fiscal.

Antes as razões expostas, é de ser aprovada a presente emenda que consulta aos altos interesses das classes produtoras e do próprio Governo.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1967. — Deputado *Pedro Faria*.

Nº 6

Dê-se ao § 5º do art. 1º do Projeto-de-lei nº 7-67 (CN) a seguinte redação:

§ 5º Os contribuintes que adotarem o regime previsto nesse artigo e não cumprirem as obrigações dele decorrente, dos prazos fixados, ficarão sujeitos a multa de 5% (cinco por cento) do valor das duplicatas emitidas.

*Justificativa*

Aqueles contribuintes que pretendem adotar o regime instituído pelo Projeto-de-lei nº 7-67 (CN) e não cumprirem as obrigações assumidas dentro dos prazos previstos, ficam sujeitos a multa de 5% (cinco por cento) do valor dos títulos dados em garantia. A multa proposta na emenda é razoável, de acordo com o volume das operações garantidas pelos títulos. A penalidade não deve ser o objetivo da propositura, que é antes o de propiciar o aumento ou reforço do capital de giro próprio das empresas.

É evidente que a penalidade somente atinge os contribuintes que, facultativamente, adotarem o regime da duplicata fiscal.

Pelas razões expostas, é de ser aprovada a emenda que ora submetemos a alta apreciação dos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1967. — Deputado *Pedro Faria*.

Nº 7

Ao Art. 2º:

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º:

"Art. 2º O valor do imposto sobre circulação de mercadorias, incidente sobre os produtos industrializados de que trata o art. 1º, também poderá, conforme dispuser regulamento estadual próprio, ser incluído na mesma duplicata fiscal emitida, nos termos daquele artigo, em relação ao imposto nele referido."

*Justificação*

Cuida-se de tornar explícito, no texto da lei, que o valor do ICM somente pode ser incluído na duplicata fiscal, quando se referir ao imposto incidente sobre a venda dos produtos industrializados de que trata o art. 1º do projeto.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1967. — *Eurico Rezende*.

Nº 8

Ao art. 2º, acrescentar os dois parágrafos abaixo:

"§ 1º A faculdade prevista neste artigo aplica-se, também, às vendas a prazo de quaisquer bens de natureza agrícola, extrativa ou pastoril, quando efetuadas diretamente por produtores rurais ou por suas cooperativas."

§ 2º Nos casos do parágrafo anterior, o adquirente dos bens emitirá, a favor do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal, Nota Promissória Rural que mencionará as características da nota fiscal relativa ao imposto sobre circulação de mercadorias."

*Justificativa*

O projeto em causa, na forma com que nos foi submetido, visa somente a beneficiar a indústria e ao comércio, com marginalização completa da agricultura. Entretanto, é público e notório que a comercialização dos produtos rurais está sujeita aos mesmos problemas da comercialização dos produtos industrializados, e todas as vezes que o produtor rural vende sua produção a prazo, vê-se forçado a recorrer a empréstimos, sob taxas exorbitantes, para pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias.

O art. 2º do projeto está vasado nos seguintes termos:

"O valor do imposto sobre circulação de mercadorias também poderá nos termos do regulamento estadual próprio, ser incluído na duplicata fiscal."

Desta forma, nada mais justo que se estendam esses benefícios à agricultura, pois, como está conclusivamente demonstrado às fls. 10, item 2.5, do trabalho "Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Rural", de autoria do ilustre Dr. Nestor Jost, atual Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima:

"O processo de industrialização do Brasil foi realizado às expensas e em detrimento da agricultura. A inflação monetária, como um fator de redistribuição de rendas, contribuiu, sobremaneira, para a descapitalização do setor agrícola. Paradoxalmente, quando da adoção de uma política de contenção inflacionária, a indústria pressionando o governo com as perspectivas de desemprego e convulsão social, nos grandes centros populacionais, conseguiu ainda uma série de privilégios fiscais e creditícios, enquanto que a agricultura suportou todos os sacrifícios, tanto no período de inflação aguda quanto no de desinflação."

Ainda o mesmo estudo diz, textualmente, o Presidente Nestor Jost, às fls. 28:

"Urge, agora, que sejam adotadas medidas protetoras e reparatórias em favor da atividade agrícola, visando a corrigir marcante desnível setorial e para se conseguir condições propícias a desenvolvimento global auto-sustentável."

Medidas indicadas, entre outras, pelo Dr. Nestor Jost:

"Financiamento, pelos bancos oficiais e particulares do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, sobre produtos agrícolas, nos casos de venda a prazo."

Assim sendo e como as emendas acima não impõe qualquer obrigatoriedade aos Estados, mas, apenas, facultam que, através de regulamento estadual próprio, seja, também, a comercialização da produção rural amparada pelos mesmos benefícios que se tentam levar à indústria e ao comércio, nada mais justo que se inclua, agora, a equiparação da agricultura a aquelas outras atividades.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1967. — *Francelino Pereira*.

Nº 9

Dê-se ao art. 3º do Projeto-de-lei nº 7-67 (CN) a seguinte redação:

Art. 3º O protesto da duplicata fiscal, vencida e não resgatada dar-se-á mediante prévia solicitação do emitente."

*Justificativa*

O protesto da duplicata fiscal não pode ser compulsório, como quer o Projeto-de-lei nº 7-67 (CN), porque

dessa forma tira-se a possibilidade, prevista na Lei nº 187, de 1938, do comprador recusar-se a aceitar a duplicata, por falta de recebimento da mercadoria, falta na quantidade ou efeito na qualidade. Aliás, a lei atual permite a anulação da duplicata fiscal, por falta de causa.

O protesto não deve ser obrigatório ou compulsório, como consta do projeto. Antes deve resultar da vontade do emitente que, é o maior interes-

sado. E, ademais dentro da linha do projeto, a vinculação da duplicata fiscal, não exonera o contribuinte do pagamento do imposto, desde que não satisfeito pelos compradores ou adquirentes das mercadorias. O fisco está, pois, garantido.

Ante o exposto, esperamos seja a presente emenda aprovada pelos nossos pares e pelo egrégio plenário.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 1967. — *Pedro Faria*.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 60, DE 1967

Nomeia, para cargos vagos de Taquígrafo de Debates, candidato habilitados em concurso público

Artigo único. São nomeados, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno (Resolução nº 2, de 1959), para os cargos vagos de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Carlota Barrionuevo Martin, Lionéia de Almeida Castro, Luciano de Paiva Diniz e Jorge Honda.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1967

Exonera, a pedido, Heliantho de Siqueira Lima, Oficial-Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal

Artigo único. É exonerado, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, do cargo de Oficial-Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Heliantho de Siqueira Lima, a partir de 3 de julho do corrente ano.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## ATA DA 123ª SESSÃO, EM 31 DE AGOSTO DE 1967

### 1ª Sessão Legislativa

### Ordinária, da 6ª Legislatura

### PRESIDÊNCIA DOS SRs.: MOURA ANDRADE E CATTÊTE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Flavio Brito  
Cattete Pinheiro  
Moura Palha  
Clodomir Milet  
Victorino Freire  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Duarte Mariz  
Manoel Villaga  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
João Cleofas  
Pessoa de Queiroz  
José Ernirio  
Teotônio Vilela  
Raul Palmeira  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Aarão Sreinbruch  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Noqueira da Gama  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Antônio Carlos  
Daniel Krieger  
Mem de Sá.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A lista de presença acusa o comparecimento de 40 srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada, sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE

### MENSAGEM

Nº 472, de 1967

(Nº 586, DE ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição do Brasil, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara nº 72-67 (no Senado nº 63-67), que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou SUPAM, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

O projeto em questão declara a isenção de quaisquer impostos e taxas federais sobre o aumento de capital resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE e da SUPAM, desde que a providência seja tomada até 31 de dezembro de 1970.

A maioria das empresas localizadas na referida área já goza de isenção do imposto de renda, não

se justificando mais uma isenção de imposto que, em última análise, seria de responsabilidade das pessoas físicas beneficiadas com os lucros e reinvestimentos.

Além disso, a medida importa em redução de arrecadação, com prejuízos para o erário público.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 21 de agosto de 1967.  
— *Arthur da Costa e Silva*.

### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou SUDAM.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O aumento de capital resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) ou da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), ficará isento de quaisquer impostos e taxas federais desde que realizado até 31 de dezembro de 1970, observado, no que couber, o art. 83 e seus parágrafos da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista.

### MENSAGEM

Nº 473, de 1967

(Nº 587 DE ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição, resolvi vetar, parcialmente, o projeto de lei na Câmara nº 4.866-B, de 1962 (no Senado nº 109-64) que cria, na Justiça do Trabalho, da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências.

Incide o veto sobre os seguintes dispositivos que considero inconstitucionais, pelas razões que passo a expor:

1) O parágrafo 2º do artigo 2º.

As disposições ali previstas acham-se prejudicadas em face da legislação em vigor.

Os padrões de vencimentos dos cargos e a gratificação das funções referidas no artigo 2º encontram-se regulados e uniformizados por leis pos-

teriores. As leis mencionadas no parágrafo em apreço estão, por conseguinte, superadas.

2) O artigo 6º.

O crédito que prevê o citado artigo, sem indicar a fonte de recursos financeiros de compensação da despesa correspondente, afronta a disposição expressa no item "c", parágrafo 1º do artigo 64, da Carta Magna.

São estes os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, os quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 21 de agosto de 1967.  
— *Arthur da Costa e Silva*.

### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Cria, na Justiça do Trabalho da Terceira Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada na Terceira Região da Justiça do Trabalho uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, e jurisdição sobre a respectiva Comarca e as de Pirapora, Januária e Francisco Sá, no mesmo Estado.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, são criados 1 (um) cargo de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, 1 (um) de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, 2 (duas) funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a de empregadores.

§ 1º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 2º Os vencimentos dos cargos e a gratificação das funções referidas neste artigo serão fixados pela Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958, e com as alterações constantes das Leis números 3.531, de 19 de janeiro de 1959, 3.789, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 3º Os mandatos dos Vogais da Junta de que trata o art. 1º terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas do Estado de Minas Gerais, atualmente em curso.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 3ª Região, para a lotação na Junta de Conciliação e Julgamento criada por esta Lei, os cargos constantes da tabela anexa.

Art. 5º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região promoverá a instalação da Junta ora criada.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito especial até a importância de NCrs 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros novos), para atender às despesas oriundas da presente Lei, na data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

### TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 4º DESTA LEI

Terceira Região — JCJ de Montes-Claros — Estado de Minas Gerais

Numero de Cargos	Cargos	Simbolos
1	Chefe de Secretaria .....	FJ- 2
1	Oficial de Justiça .....	PJ- 5
2	Auxiliar Judiciário .....	PJ- 9
1	Servente .....	PJ-11

Resumo da previsão orçamentária para um exercício financeiro da Junta proposta, inclusive as despesas de custeio e investimento.

Número de Ordem	Discriminação	Importâncias anuais
1	Pessoal Judiciante e administrativo	1.500,00
2	Substituições	100,00
3	Salário-família	60,00
4	Gratificação Adicional	60,00
5	Artigos de Expediente etc.	70,00
6	Material de Limpeza etc.	20,00
7	Vestuário, uniformes, equipamentos etc.	10,00
8	Material bibliotecário em geral etc.	20,00
9	Mobiliário em geral	200,00
10	Assinatura de órgãos oficiais	5,00
11	Iluminação, força motriz e gás	8,00
12	Serviço de asseio e higiene etc.	10,00
13	Reparos e adaptações de bens imóveis	25,60
14	Publicações, serviços de impressão etc.	15,00
15	Telefones, telegramas etc.	10,00
16	Aluguel ou arrendamento de imóveis	200,00
17	Despesas miúdas de pronto pagamento	10,00
18	Maquinas, motores e aparelhos	100,00
S O M A		3.500,00

A Comissão Mista

## MENSAGEM

Nº 474, de 1967

(Nº 589 DE ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 52, § 1º e 83, III, da Constituição resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara número 155-B-67 (no Senado nº 72-67) que "acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966", por julgá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

Não obstante tratar-se de proposta do Executivo, o projeto na forma aprovada não apresenta, substantivamente, qualquer inovação da disposição isençional vigente, com relação ao imposto sobre produtos industrializados. Além disso, a sua parte rejeitiva, prevendo a disciplinação, por espécie, do Departamento de Rendas Internas, nos termos do artigo 111 da Lei nº 4.502, de 1964, isto é, fazendo depender a isenção de interpretação e decisão em cada caso, introduziria, em matéria perfeitamente disciplinada na Lei, incertezas elementares de dúvida e contrariedade ao disposto no artigo 111 do Código Tributário Nacional, (Lei número 5.172, de 1936) segundo o qual é obrigatória a interpretação literal de dispositivo legal referente à exclusão de crédito tributário.

São estes os motivos que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, os quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 21 de agosto de 1967.  
— Arthur da Costa e Silva.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterado

pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, e acrescida do seguinte item:

"XXXVI — Os produtos de procedência estrangeira cuja entrada no território nacional seja "livre" de importação pela Tarifa das Alfândegas, após disciplinação, por espécie, do Departamento de Rendas Internas, na forma do art. 111 desta lei, e quando os similares produzidos no País gozam do mesmo benefício".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista.

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de proposta promulgada

Nº 475-67 — (Nº de origem 594-67) — com referência à promulgação da parte mantida pelo Congresso Nacional, após o veto presidencial, do Projeto de Lei nº 42-67, no Senado e nº 3.387-B-66, na Câmara, que estende a jurisdição de Juízas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.201, de 30 de junho de 1967).

## OFÍCIOS

— Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 1967

(Nº 391-B-67, na Casa de origem)

Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material importado pela firma "Rupturita S.A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o material importado por "Rupturita S.A. Explosivos", ao abrigo do Certificado de Cobertura Cambial DG-

66-16365 e Aditivos números DG-66-389 e DG-66-1632, com a finalidade de recuperar suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina.  
Art. 2º Os favores fiscais previstos nesta Lei não abrangem os materiais com similar nacional.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 1967

(Nº 392-B-67, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os servidores, de qualquer categoria, pertencentes a estabelecimentos de ensino superior, antes da federalização dos mesmos por leis especiais que, também, asseguraram o seu aproveitamento no Serviço Público Federal, terão computado o seu tempo de serviço, desde que comprovado em certidão expedida pelo órgão de origem, apenas para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.  
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

## OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Agradecimento de comunicação referente a Decreto Legislativo (Ofício de 22-8-67):

Nº DAI DEOC 32/542.6(88) — Com referência ao Decreto Legislativo número 29 67, que aprova o texto do Acordo Cultural celebrado entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966.

## RESCISÃO A PRELIMINARES DE INFORMAÇÕES

Do Ministério de Viação e Obras Públicas (avisos de 28-8-67)

Nº 521-GM — com referência ao Requerimento nº 435, de 1967, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres;

Nº 522-GM — com referência ao Requerimento nº 473, de 1967, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres;

Nº 523-GM — com referência ao Requerimento nº 545, de 1967, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres;

Nº 524-GM — com referência ao Requerimento nº 560, de 1967, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres.

## OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhamento de autógrafos de Projetos sancionados:

1 — Nº 02751, de 29 do mês em curso (autógrafo do Projeto de Lei, que concede a pensão especial de ... NCR\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos) mensais a Heródina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado Francisco Josephino Maria da Silva);

2 — Nº 02752, de 29 do mês em curso (autógrafo do Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério do Exército para melhor atender às organizações de saúde do Exército.

Comunicação de Extinção e Pausa — da Diretoria da Grande Loja de Teresina, PI;

— do Presidente da Federação Nacional das APAES, Recife, PE;

— da Diretoria da Associação Mineira dos Criadores de Gado Gô;

— do Prefeito Municipal de Lafayette, MG;  
— da Diretoria da Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssegos de Pelotas, RS;

— da Diretoria da União Gaúcha dos Estudantes do Ensino Comercial do Porto Alegre, RS;

— dos professores de pesar pelo falecimento do Maestros Humberto de Alencar Castello Branco;

— da Assembleia Legislativa de Alagoas;

— da Câmara Municipal de Cajueiro, AL;

— da Câmara Municipal de Carga, SP;

— da Câmara Municipal de Itupeva, SP;

— da Câmara Municipal de Jundiá, SP;

— da Câmara Municipal de São José do Norte, RS.

— do sentido da rápida aprovação do projeto de lei de autoria do Deputado Flávio Fitipaldi, criando bibliotecas em todos os Municípios brasileiros;

— da Câmara Municipal de Ituiutaba, MG;

— do Presidente do Rotary Clube de Carga, SP;

— do Prefeito Municipal de Oswaldo Cruz, SP;

— do Prefeito Municipal de Presidente Bernardes, SP;

— do Prefeito Municipal de São José dos Campos, SP.

## Diversos Assuntos

— da Assembleia Legislativa de Pernambuco, PE, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Júlio Barbosa de Matos Corrêa, ex-Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal;

— da Câmara Municipal de Barreiros, PE, fazendo apelo no sentido de que seja estabelecido o limite de 30 anos ininterruptos, para concessão de aposentadoria voluntária dos funcionários públicos;

— da Federação Nacional do Bem-Estar do Menor, Rio, GB, fazendo apelo no sentido da aprovação do projeto de lei que institui o concurso de prêmios desportivos, ou a loteria desportiva;

— da Associação dos Advogados de São Paulo, manifestando-se contrária à aprovação do projeto de lei de autoria do Deputado David Lerer, que institui ação sumariíssima de cobrança de salários vencidos (CLT, artigo 459) e dá outras providências;

— da Câmara Municipal de Jundiá, SP, fazendo apelo no sentido de ser considerado feriado nacional o dia 2 de novembro;

— da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, SP, fazendo apelo no sentido da criação da Junta de Conciliação e Julgamento de São José do Rio Preto, SP;

— da Organização das Entidades não Governamentais do Brasil, em São Paulo, SP, comunicando o início de suas atividades em 9 de agosto do corrente ano;

— do Sr. Márcio Bueno Filho, fazendo apelo no sentido de apoio à iniciativa privada na preservação dos seguros de acidentes do trabalho nas Companhias Seguradoras;

— da Associação Tocantinense de Imprensa, de Porto Nacional, GO, congratulando-se com o Congresso pela apresentação de projeto que dispõe sobre a criação do Estado ou Território de Tocantins;

— da Câmara Municipal de Uberlândia, MG, fazendo apelo no sentido de que seja votada imediatamente a Lei Complementar que regulamentará a remuneração dos vereadores de municípios com mais de 100 mil habitantes;

— da Câmara Municipal de Lages, solicitando providências no sentido de ser evitada a anulação da aplicação no sul do País dos percentuais do Imposto de Renda;



— da Câmara Municipal de Carapizho, RS, fazendo apelo no sentido de que não sejam retirados os pequenos incentivos fiscais concedidos às Empresas contribuintes do Imposto de Renda para emprego no sul, mas sim ampliados com aplicação de recursos na área da SUDESUL, nos moldes da SUDENE;

— da Câmara Municipal de Santo Ângelo, RS, comunicando aprovação de projeto de lei daquela Câmara considerando Rádio Santo Ângelo ZYF-5 — Das Emissoras Unidas Rádio Cultura Ltda., "Emissora de Utilidade Pública", face os relevantes serviços prestados àquela localidade;

## PARECERES

Paraceres ns. 556 e 557,  
de 1967

PARECER Nº 556, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1966, que estabelece diretrizes para concessão de licença para serviço de transporte coletivo de passageiros em rodovias da União.

Relator: Senador Bezerra Neto.

Estabelece o presente projeto de lei, em seu artigo primeiro, as diretrizes básicas à concessão de licença para serviço de transporte coletivo de passageiros em rodovias federais, estaduais e municipais. São minuciosamente especificadas as condições permissivas, quase todas no plano técnico estabelecido pelo desenvolvimento do transporte ferroviário.

2. A proposição prevê a quantificação da procura e fixação de um limite, acima do que haverá oferta organizada através da concessão de licença para operação no sistema nacional de transportes rodoviários. Na regulamentação e classificação dos serviços tomar-se-á por base o índice de valor de tráfego. Estende-se o projeto nas definições e aspectos do chamado e fundamental valor de Tráfego para as concessões, desde o seu valor 100 (cem) ao seu valor 0 (zero), entre os quais se construirá uma escala de valor de Tráfego, com a finalidade de hierarquizar o licenciamento e a operação do sistema rodoviário nacional.

3. São ressalvadas as prerrogativas do DNER, na concessão de licenças sobre as rodovias federais (art. 2º "e"), do Decreto-lei nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945), e prevê publicação anual de estatística.

O mérito da proposição deverá ser examinado pela douta Comissão de Transportes e Obras Públicas.

Do ponto de vista da constitucionalidade somos pela aprovação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 1967. — Bezerra Neto, Relator — Guy da Fonseca — Adalberto Senna — Josaphat Marinho — Menezes Figueiredo.

PARECER Nº 557, DE 1967

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei do Senado número 20-66, que estabelece diretrizes para concessão de licença para serviço de transporte coletivo de passageiros em rodovias da União.

Relator: Senador José Leite.

O presente projeto, de autoria do então Senador Nelson Maculan, visa a estabelecer normas para concessão de licença para serviços de transporte coletivo de passageiros em rodovias da União.

Existem normas para adjudicação de tais serviços nas rodovias federais, motivo pelo qual foram solicitadas informações ao Ministério dos Transportes. Veio em seguida o Decreto-lei nº 121-67, que dispõe sobre o serviço interestadual de transporte regular de cargas e de transporte coletivo de passageiros.

Não havendo regulamentação desta indústria de transportes no âmbito estadual ou municipal, verifica-se, desde já, que há necessidade de um diploma estabelecendo normas jurídicas para todo território nacional e para qualquer classe de estrada de rodagem.

Sem embargo, entretanto, o projeto, como está redigido, apresenta inconvenientes de ordem técnica, razão pela qual apresentamos algumas emendas, conforme o que se segue.

As alíneas "a" e "b" do item 3 do artigo 1º conciliam o que viria a ser o índice de Valor de Tráfego, matéria que se inscreve no ramo da estatística teórica, pertinente ao estágio da regulamentação da lei.

Do item 8 do artigo 1º acrescentaríamos uma expressão no sentido de que as populações das áreas servidas por uma concessão existente têm que continuar sendo adequadamente assistidas por serviço de transporte coletivo de passageiros. Caso contrário, regiões em desenvolvimento podem ter toda a sua estrutura de produção alterada, sem que haja qualquer tipo de compensação, como aliás está salientado na justificação do autor do projeto.

Examinando o item 10 do mesmo artigo 1º, cremos que, para as finalidades do projeto, comercialização ou transferência são sinônimos, razão pela qual sugerimos a supressão da primeira expressão.

Quanto à alínea "b" do item 10, convém lembrar que num produto ou serviço existem custos fixos e variáveis com a quantidade produzida, dando por consequência (1) custos unitários ou médios; (2) marginais, adicionais ou por mais uma unidade do produto e (3) custos totais. Todos eles possuem, teoricamente, suas curvas representativas que variam também com o período de um ciclo econômico. Todavia, são de difícil obtenção, no momento em que se deseja quantificar exatamente tais grandezas, mesmo em se tratando de ferrovias. Contudo, somos de opinião que deve ser mantido o princípio de correlação entre preços e custos econômicos, porém sob forma mais exequível, a ser estabelecida na regulamentação da lei.

Finalmente, ao projeto deve ser acrescida a contribuição do Ministério dos Transportes, ou seja, que o artigo 3º deve ser interposta expressão que torne a presente proposição compatível com o Decreto-lei número 121-67.

Isto posto e louvando a oportunidade desta iniciativa, opinamos pela aprovação do presente projeto com as seguintes emendas:

## Emenda nº 1 — CTCOP

Artigo 1º  
Suprimam-se as alíneas "a" e "b" no item 3

## Emenda nº 2 — CTCOP

Artigo 1º  
Acrescente-se ao item 8 a seguinte alínea:

a) a empresa concessionária que optar pela operação através do novo trecho rodoviário é obrigada a manter serviço de transporte adequado através do traçado anterior.

## Emenda nº 3 — CTCOP

Artigo 1º  
Suprima-se no item 10 a seguinte expressão:

"comercialização ou"

## Emenda nº 4 — CTCOP

Artigo 1º  
Dê-se a seguinte redação à alínea "b" do item 12:

"b) dos custos econômicos;"

## Emenda nº 5 — CTCOP

Artigo 3º  
Dê-se a seguinte redação:

Art. 3º São mantidas as atribuições do DNER... para conceder e fiscalizar os serviços de transporte

coletivo de passageiros nas estradas federais, nos termos da alínea e do Art. 2º do Decreto-lei nº 8.463-45 e do Decreto-lei nº 121 de 31.1.67, e dos demais órgãos da administração brasileira.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1967. — Petrólio Portillo, Presidente — José Leite, Relator — Carlos Lindenberg.

Paraceres ns. 558 e 559,  
de 1967

PARECER Nº 558 DE 1967

Da Comissão do Polígono das Secas, sobre o Ofício nº 2.099, Ref. GS 6523, de 31 de março de 1963, do Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, encaminhando o Balanço Geral relativo ao ano de 1964.

Relator: Senador Manoel Villaca.

Para os fins do disposto nas Leis números 3.995, e 4.239, de 14 de dezembro de 1961 e 27 de junho de 1963, respectivamente, o Superintendente da SUDENE enviou ao Senado Federal, com o Ofício RE-2.099, Ref. GS-6583, de 31 de março de 1963, o Balanço Geral daquele órgão regional, relativo ao ano de 1964.

O Balanço a que nos reportamos, constante de quatro itens: Demonstrativo da Execução da Despesa, Demonstrativo da Execução da Receita, Balancos (Econômico, financeiro, patrimonial e compensado) e Demonstração das Contas do Balanço Patrimonial, dá-nos em cada um desses setores uma visão segura da maneira eficiente e honesta com que se houve aquela Superintendência no período aludido.

As metas programadas foram satisfatoriamente atingidas, abrindo-se, assim, melhores perspectivas à consecução do fim último a que se propõe o citado organismo regional, qual seja o de equacionar e solucionar os grandes problemas do Nordeste.

Esta Comissão, tendo presente o referido Balanço, que aceita sem quaisquer restrições, opina pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1967. — Rui Carneiro, Presidente — Manoel Villaca Relator — Rui Palmeira — Júlio Leite.

PARECER Nº 559, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício nº 2.099, Ref. GS-6583, de 31 de março de 1966, do Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, encaminhando o Balanço Geral relativo ao ano de 1964.

Relator: Senador Manoel Villaca.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em cumprimento ao que determinam as Leis números 3.995 e 4.239, de 14 de dezembro de 1961 e 27 de junho de 1963, enviou ao Senado Federal, com Ofício RE-2.099, Ref. GS-6583, de 31 de março de 1966, Balanço Geral daquele órgão, referente ao exercício de 1964.

Manifestando-se sobre o assunto, assim se empenha a Comissão do Polígono das Secas:

"O Balanço a que nos reportamos, constante de quatro itens: Demonstrativo da Execução da Despesa, Demonstrativo da Execução da Receita, Balancos (Econômico, financeiro, patrimonial e compensado) e Demonstração das Contas do Balanço Patrimonial, dá-nos em cada um desses setores uma visão segura da maneira eficiente e honesta com que se houve aquela Superintendência no período aludido."

E conclui:

"As metas programadas foram satisfatoriamente atingidas, abrindo-se, assim, melhores perspectivas à consecução do fim último a que se propõe o citado organismo regional, qual seja o de equacionar e solucionar os grandes problemas do Nordeste."

Isto considerado — uma vez que aceitamos como nossa a opinião expressada pela Comissão do Polígono das Secas — tendo presente o Balanço referido, ao qual não opomos qualquer restrição, opinamos pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1967. — Agostinho de Figueiredo, Presidente — Manoel Villaca, Relator — Fernando Corrêa — Leonardo Maciel — José Leite — João Clementes — Pessoa de Queiroz — Aurélio Viana — Leon de Sá — Clodomir Millet.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai a publicação.

Esta Presidência leva ao conhecimento da Casa haver convocado as duas Casas do Congresso Nacional para se reunirem em sessão conjunta hoje, às 16 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, para continuação da discussão e votação do Projeto de Lei nº 6, de 1967, que integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social e dá outras providências.

Assim, esta sessão deverá encerrar-se às 16 horas e 25 minutos, quando os Srs. Senadores deverão dirigir-se ao plenário da Câmara dos Deputados.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder a leitura de Requerimento de Informações.

São lidos os seguintes:

## REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

REQUERIMENTO  
Nº 751, de 1967

Sr. Presidente:

Raqueiro, na forma Regimental seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, o seguinte pedido de informações:

1º Qual a quantidade de trigo comprada pela CACEX — Banco do Brasil — embarcado no navio "Vitorino Venetto", que teve a sua carga condenada pelas autoridades fito-sanitárias no porto de Santos, no dia 24 de agosto findante?

2º Qual a procedência desse trigo? Há uma notícia de domínio público e dos meios moageiros de São Paulo que permite calcular-se o preço desse trigo na base de oitenta dólares. Sabese que o trigo procedente da Bulgária e da Romênia foi oferecido à Rússia e Estados Unidos, ao preço de quarenta dólares, oferta rejeitada por ser esse trigo considerado de baixo teor alimentício, produzindo farinha de inferior rendimento e sem qualidade adequada à alimentação humana.

3º Qual o exportador do trigo referido?

4º Foi aberta a respectiva concorrência pública nacional ou internacional para a compra acima citada?

5º Em que data e em que órgãos foi essa concorrência publicada?

6º Quais as firmas que se apresentaram a essa concorrência?

7º Qual o preço que a CACEX pagou pelo trigo e se as condições da compra e embarque de entrega do mesmo foram "FOB" na praça de origem ou "CIF" em porto brasileiro?

8º Foi fiscalizado o embarque do trigo mencionado vindo pelo navio "Vitorino Venetto"?

Há, no caso, uma firma tradicional, a Super Weiss, Suíça, que recebe comissão para o trabalho de fiscaliza-

ção e garantia de qualidade do produto. Quando o embarque é "FOB" e não "CIF", não contratam a Super Weiss e não há nenhuma garantia de qualidade do produto. Ao que consta o Vitório Venetto foi fretado pelo Lloyd Brasileiro, o que presuppõe "FOB", sem, portanto, a devida fiscalização.

9º Porque foi descarregada uma parte dessa carga de trigo, no armazém nº 25, em Santos, e, uma vez constatado estar o produto pôdre, foi o navio "Vitório Venetto" posto ao largo, voltando a uma segunda atracação para uma segunda descarga do mesmo trigo já condenado?

10. Porque uma parte do trigo teve o exame fito-sanitário pela Defesa Vegetal do Ministério da Agricultura e a segunda descarga não a teve?

11. Onde foi colocado o trigo descarregado?

12. Procede a notícia de que esse trigo teria sido misturado com outro considerado bom e de outras procedências? Onde? Como? Por que?

13. E' verdade que essa carga de trigo do navio "Vitório Venetto" foi suspensa no início do seu desembarque por que os moinhos de São Paulo recusaram-se a recebê-lo?

14. O Governo irá apurar a informação de que o funcionário encarregado do trigo, em São Paulo, está forçando os moinhos a que aceitem esse trigo sem qualidade, sob a ameaça de perderem suas respectivas cotas?

15. Sobre o baixo teor alimentício do mencionado trigo foi ouvida alguma autoridade do Instituto Bromatológico ou da Divisão Fito-Sanitária do Ministério da Agricultura?

16. Na hipótese de ter havido mistura com o trigo de boa qualidade foi essa providência tomada de acordo com alguma autoridade sanitária? Qual essa autoridade?

Sala das Sessões, 31 de agosto de 1967. — Lino de Mattos.

## REQUERIMENTO Nº 752, de 1967

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência determine providências no sentido de ser encaminhado, ao Sr. Ministro da Saúde, o seguinte pedido de informações:

Que medidas estão sendo adotadas com relação à readaptação dos funcionários da Campanha de Erradicação da Malária.

Sala das Sessões, de de 1967.  
— Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder leitura de expediente.

E' lido o seguinte:

### OFÍCIO:

Do Sr. Seizo Takashima, Conselheiro da Embaixada do Japão, em que comunica terem sido convidados pelo Ministério dos Negócios Exteriores do Japão, como hóspedes oficiais, por dez dias, o Sr. Senador Pessoa de Queiroz e sua senhora, estando a viagem deles programada entre setembro e outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O ofício lido irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No expediente lido figuram Mensagens pelas quais o Presidente da República dá conhecimento ao Congresso Nacional de três vetos, que atingiram às seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 72-87 na Câmara e nº 62-67 no Senado, que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou SUDAM (veto total).

Projeto de Lei nº 4.886-B-62 na Câmara e nº 109-64 no Senado, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências; (veto parcial).

Projeto de Lei nº 155-B-67 na Câmara e nº 72-67 no Senado, que acresce de um item o art. 7º da Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966; (veto total).

A fim de conhecerem desses vetos, esta Presidência convoca as duas Casas do Congresso Nacional para sessão conjunta a realizar-se no dia 20 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar designa:

Quanto ao primeiro voto, os Senhores Senadores:

Wilson Gonçalves — ARENA

Manoel Villaca — ARENA

José Ermirio — MDB

Quanto ao segundo, os Srs. Senadores

Moura Palha — ARENA

Menezes Pimentel — ARENA

Bezerra Neto — MDB

Quanto ao terceiro, os Srs. Senadores

Clodomir Millet — ARENA

Mem de Sá — ARENA

Argemiro de Figueiredo — MDB

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Desiré Guarani

Milton Trindade

Sebastião Archer

Petrônio Portela

Sigefredo Pacheco

Domício Gondim

Arnon de Melo

Leandro Maciel

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Paulo Tórres

Gouvêa Vieira

Mário Martins

Milton Campos

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Mello Braga

Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — E' extensa a lista de inscrição de oradores para o Expediente.

Se os Senhores Senadores concordarem, passaremos imediatamente à ordem Ordem do Dia, que é breve, e, em seguida, será dada a palavra aos oradores inscritos, com o que poderemos calcular melhor o tempo para o encerramento da sessão e início da sessão do Congresso Nacional.

(Pausa.)

Como não houve nenhuma objeção, esta Presidência assim procederá. Estão presentes 58 Srs Senadores. Passa-se a

### ORDEN DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 83, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que dispõe sobre a entrega aos municípios, das quotas relativas à discriminação tributária da União, tendo pareceres, sob números 392, 393 e 394, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça; 1º pronunciamento — favorável, 2º pronunciamento —

pelo arquivamento; e de Finanças — solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados.

(Pausa.)

Está rejeitado.

Será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 1964

Dispõe sobre a entrega, aos municípios, das quotas relativas à discriminação tributária da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão entregues aos municípios, por intermédio das Coletorias Federais nos mesmos localidades, as quotas que lhe são devidas por força da discriminação tributária da União.

Parágrafo único. Na hipótese de não existir Coletoria, na sede do município a entrega de suas quotas ficará a cargo da Coletoria do município mais próximo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade).

Item 2:

Discussão, em turno único, das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, que modifica a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), tendo pareceres, sob ns. 296 e 297, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável a emenda número 2, contrário a nº 3, e encaminhando sugestão à Comissão de Redação quanto à emenda número 1; de Serviço Público Civil, favoráveis às emendas ns. 1, 2 e 3.

Em discussão as emendas da Câmara dos Deputados.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a Emenda nº 2, que recebe parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada.

E a seguinte a emenda aprovada:

### EMENDA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do projeto, suprimindo-se o respectivo parágrafo único:

Art. 1º E' obrigatória referência especial ao respectivo título profissional, no texto do ato de nomeação de funcionário público civil da União para cargo cujo provimento exija diploma de conclusão de curso superior, bem assim em todos os atos administrativos atinentes à sua vida funcional, observado o disposto no artigo 35 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União)".

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a Emenda nº 3, que tem parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está rejeitada.

E a seguinte a emenda rejeitada:

### EMENDA Nº 3

Desdobre-se o art. 2º do projeto em art. 2º e art. 3º, com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a Emenda nº 1 da Comissão de Serviço Público Civil, que deverá ser votada, com a sugestão à Comissão de Redação feita pela Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Senadores que aprovam a emenda, com a sugestão apresentada, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

E a seguinte a emenda aprovada:

### EMENDA Nº 1

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

"Torna obrigatória referência especial ao respectivo título profissional, no texto do ato de nomeação de funcionário público civil da União para cargo cujo provimento exija diploma de conclusão de curso superior, bem assim em todos os atos administrativos atinentes à sua vida funcional."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Projeto vai à Comissão de Redação.

Foram aprovadas as emendas 1 e 2; a de nº 1 com a sugestão da Comissão de Constituição e Justiça quanto a sua redação na Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 27, de 1967, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que altera os arts. 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil, (projeto aprovado em primeiro turno em 10 de agosto de 1967), tendo parecer favorável, sob nº 457, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador quiser fazer uso da palavra darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1967

Altera os arts. 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939), o primeiro e o último já alterados pela Lei nº 2.816, de 6 de julho de 1956, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 517. Quando o valor total da herança não exceder de 70 (setenta) vezes o maior salário-mínimo da Região, o processo de acordo com as regras deste Capítulo, aplicadas quanto ao mais, as estabelecidas nos Capítulos anteriores."

"Art. 520. Se, à vista das provas ou de impugnações dos in-

teressados, o juiz verificar que o monte excede de 70 (setenta) vezes o maior salário-mínimo regional, sobrestará no arrolamento, ordenando que se observe o processo regular de inventário e partilha."

"Art. 523. O processo deste Capítulo será observado em inventário de valor superior a 70 (setenta) vezes o maior salário-mínimo regional se as partes forem capazes de transigir e nêles convierem, em termo judicial, assinado por todos."

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor trinta dias depois da sua publicação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 4.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 136, de 1963, de autoria do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, que reconhece jurisdição nas Ilhas Oceânicas (Projeto aprovado em primeiro turno nos termos de emenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça), tendo parecer, sob nº 528, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

O parecer da Comissão de Redação foi dado de acordo com os termos da emenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa há requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 753, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra l e 274, letra a, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 136, de 1963, do Senado, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Segurança Nacional.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1967. — Catete Pinheiro.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência da deliberação do Plenário, a matéria sai da Ordem do Dia e irá à Comissão de Segurança Nacional.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Nerione Nunes Cardoso, Redator PL-2, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão a matéria. Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e vai à Comissão Diretora para redação final.

Eé o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 1967

Nomeia Nerione Nunes Cardoso, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, alínea b, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo iso-

lado, de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, Nerione Nunes Cardoso.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa há requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 754, DE 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 1967, que nomeia Nerione Nunes Cardoso, para o cargo de Diretor PL-1. Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1967. — Catete Pinheiro.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, passa-se à discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 67-67.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada. O Projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

#### PARECER Nº 560, DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº ..., de 1967, que nomeia Nerione Nunes Cardoso, para o cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº ..., de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, alínea b, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, Nerione Nunes Cardoso. Sala da Comissão Diretora, em 31 de agosto de 1967.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 754, de 1967

Senhor Presidente:

Tendo sido honrado com a designação de Vossa Excelência para ser um dos observadores parlamentares que representarão o Senado Federal na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, cujo período de trabalhos compreende noventa dias aproximadamente, e como terei de reservar algumas semanas para pesquisas de caráter pessoal no exterior além dos dias necessários ao trânsito, solicito a Vossa Excelência, na forma regimental, licença de cento e vinte e um dias, a partir de hoje, a fim de que possa ser convocado o meu suplente, Doutor Marcelo Nunes de Alencar, evitando-se, assim, que a re-

presentação do Estado da Guanabara e o Movimento Democrático Brasileiro fiquem com a sua respectiva representação nesta Casa desfalcada, enquanto dela me ausento pelas razões expostas.

Atenciosas Saudações. — Mário Martins.

Sala das Sessões, 31-8-67.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Com a palavra o nobre Senador Vitorino Freire.

#### O SR. VICTORINO FREIRE:

(Lê o seguinte discurso): Senhor Presidente, os Anais desta Casa vão ficar hoje enriquecidos, com a transcrição que ora faço do magnífico discurso pronunciado pelo General Orlando Geisel, Chefe do Estado-Maior do Exército, na solenidade de entrega das espadas, símbolo de Comando aos Generais ultimamente promovidos pelo eminente Presidente Costa e Silva. A Nação e o Exército conhecem muito bem o General Orlando Geisel cuja inteligência, cultura e bravura comprovadas nas horas de perigo, jamais foram contestadas e que correm emparelhadas com as mesmas qualidades que ornaram a personalidade do seu irmão o General Ernesto Geisel, pois ambos são tidos e havidos como as grandes estrelas que brilham no firmamento do Exército.

Saudando os Generais recém-promovidos o General Orlando Geisel, trata com justiça e segurança o perfil do saudoso soldado Marechal Castello Branco e aconselha seus colegas que tenham sua memória como fonte de permanente inspiração para o Generalato, procurando sempre, soluções brasileiras para os problemas brasileiros apoiando o poder civil, para as metas do progresso, sob a liderança inextinguível do Marechal Costa e Silva e a segura direção do Ministro do Exército General Lyra Tavares.

Passo a ler, Senhor Presidente, o magistral discurso do General-de-Exército Orlando Geisel, que é o seguinte:

Excelentíssimos Senhores Generais promovidos a 25 de julho de 1967!

Desejo dizer-lhes, inicialmente, que esta cerimônia é um fim e um princípio. Terminação de longa etapa mais de três décadas de paz e guerra em que Vossas Excelências encontraram no bom serviço do Exército e do Brasil, iniciação da fase decisiva, que fixará o perfil definitivo dos soldados que hoje se fazem generais.

Diz-me a experiência que o Exército só relembra o tenente, o capitão e o coronel — que o general não desminta a memória do idealismo e da proficiência de uma vida que dependeu do exemplo do mesmo homem feito general.

Iniciam Vossas Excelências o caminho, em que os passos dados não marcam, apenas, o trajeto final, mas apagam ou revivem todas as pegadas de todos os caminhos.

Haverão de trilhá-lo firmemente por trazerem legítimas credenciais, e porque iniciam a caminhada sob o impacto da morte e sob a inspiração do general que engrandeceu o tenente, e do Chefe do Estado-Maior que confirmou o expedicionário.

Que Vossas Excelências elejam seu patrono a figura de soldado incontestável do grande ausente desta sa-gração.

Na humildade e na grandeza de sua vida de soldado, mais do que nos clareiros do poder, exercido austera e estaticamente como missão de sacrifício busquemos o roteiro dos generais.

Em 1921 em Belo Horizonte, iniciando-se "nas responsabilidades do oficialato militar, trazia do Realengo entusiasmo pela carreira das armas, curiosidade pelo exercício das múltiplas funções que ia acompanhar e a

consciência de poder bem servir ao Brasil". (1)

Integrou-se à obra da Missão Francesa que, prolongando o idealismo desbravador dos chamados "jovens turcos", acelerava o reencontro com o verdadeiro espírito da profissão, decadente depois do Paraguai e da fase positivista, de muita ciência e pouca vivência.

Partiu para as tarefas da instrução e do ensino militar, formando combatentes de Infantaria, oficiais de tropa e de Estado-Maior. Dêle foi dito, tenente em campanha, "possuir as qualidades do verdadeiro soldado". E ainda capitão, ser mestre da arte da guerra, "que nunca será esquecido pela serena justiça de seus camaradas" (2), na profética expressão de velho "troupiier" do Paraná.

Em 1937, é mandado cursar a Escola Superior de Guerra, em Paris. Firmara conceito de profissional autêntico "entregue única e exclusivamente aos afanosos trabalhos de preparação militar, alheado a tudo que não fosse estímulo e incitamento à maior eficiência técnica do Exército" (3).

Da França, retorna à Praia Vermelha e ao Realengo, onde comanda o Batalhão de Infantaria de Cadetes. Aí foi buscá-lo o General Mascarenhas para chefiar a 3ª Seção da FEB, desde a sua organização e após curto estágio nos Estados Unidos.

Coube-lhe parcela inestimável no milagre de adotar e adaptar, em prazo mínimo nova organização, novo equipamento e novos processos de forma a combater eficientemente contra um dos melhores exércitos da história da humanidade.

Disse o General Mascarenhas, outorgando-lhe a Cruz de Combate. "O seu espírito ofensivo, a sua capacidade e inteligência de oficial de Estado-Maior, o seu ânimo sereno e combativo, a sua perfeita noção de responsabilidade, a sua abnegação o seu sangue frio diante do inimigo, das barragens da artilharia, morteiros e armas automáticas e a sua invulgar dedicação aos quadros e tropas combatentes, são belos exemplos a serem admirados por todos os membros das forças aliadas no TO da Itália. E faria justiça, em telegrama ao Ministro, renovando pedido de promoção: "Nosso sucesso repousaram em grande parte no valor pessoal desse oficial, sua energia física e moral, capacidade profissional e continuidade de esforço."

Na volta dos expedicionários, reparamos o erro de três quartos de século antes, quando deixáramos de reconquistados nos esteros paraguaios. Caberá ao homem consagrado pelo IV Corpo e pelo V Exército boa parte da tarefa de incorporar as lições da guerra primeiro como Diretor do Ensino na Praia Vermelha, e, depois, à frente da Seção de Operações da Subchefia de Planejamento do Estado-Maior do Exército, onde sua equipe deixou bases ainda hoje válidas para os nossos estudos.

General em 1952, serve pela primeira vez em sua terra e volta à Praia Vermelha no cinquentenário da ECEME, para comandá-la, reestruturá-la e renová-la, em moldes genuinamente brasileiros.

Em 1956, é mandado servir na Escola Superior de Guerra, que um grupo de pioneiros firmava como a escola da estratégia nacional. A mesma época pensadores esquerdistas empalmavam e deturpavam o ISEB acelerando o processo comunizante brasileiro.

Tentava-se envolver e desviar as Forças Armadas para o apoio à subversão crescente. O General com a fibra de tenente, retesa-se na vigilância, em resguardo da eficiência mi-

(1) Marechal Castello Branco, em Belo Horizonte.



litar. No episódio da espada de ouro, que humilha os profissionais legítimos, ergue seu protesto, altivo e desassombrado.

Afinca-se no trabalho da ESG, contribuindo para a formulação de uma doutrina brasileira de segurança nacional e para a consolidação da consciência da defesa da democracia. É imensa a sua atividade intelectual, em ensaios sobre geopolítica, história, moral, estratégia, doutrina, tendências da guerra, dever militar diante da luta ideológica, e destinação constitucional das Forças Armadas.

Nova promoção propicia à Amazônia a ajuda de sua inteligência, à frente do CMA, com uma colcha de estudos e planejamentos, básicos para o desdobramento do esforço pioneiro do Exército nas colônias de fronteira.

No limiar do último posto comandado o IX Exército, cujo território é o maior crível de subversão, esdemações insultando as ligas camponesas. Inerente ao cumprimento do dever, informa-se, estuda, analisa, planeja, assiste e prepara, forjando um IX Exército habilitado a vencer a insurreição.

A 13 de setembro de 1963, assume a Chefia do Estado-Maior do Exército, apogeu da sua vida militar, e um dos melhores momentos da história desse órgão. Agiganta-se e multiplica-se. A um só tempo, aprova-se o estudo da reestruturação das Forças Terrestres — que o Plano Diretor consubstancia — e na defesa da dignidade do Exército contra o solapamento da autoridade, da disciplina e da hierarquia, que prepara o caos. Com esse propósito realça notável ação educacional mobilizando necessários para a hora decisiva.

O velho general mantinha-se fiel a seus ideais e solidário com os seus camaradas. "Comprometo a intransigente e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao começo de 16 do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhe são dependentes mas também na tropa, nas demais Organizações e nas duas outras corporações militares. Deles participo..."

O homem que jamais se houvera pronunciado nas disputas partidárias não hesita em empenhar a reputação da vida interna pela preservação dos valores reais e permanentes.

Senhores Generais! Trouxe à entrega de espadas de Vossas Excelências a lembrança do grande soldado — que conheci, admiramos e respeitamos — para que, nesta hora de sagração e consagração, consagrem os seus propósitos ao ideal militar por que viviu.

E encontrem na capacidade de superar-se e superar, no entusiasmo profissional, na dignificação da autoridade na coragem moral, no total desvotamento à missão e no espírito recuador — substância de sua personalidade — as lições mestras do verdadeiro general.

Trouxe-lhes a memória do grande instrutor, cujo pensamento permanece em nossas escolas e no órgão que dirige, como origem e via para a formulação da doutrina, doutrina militar brasileira que ele tanto buscou — como fonte de pertinentes inspirações para o generalato.

Sob a orientação geral da Sua Excelência, o Senhor Presidente da República — Marechal Artur da Costa e Silva — e a direção do Ministro do Exército — General Aurélio de Lyra Tavares — estamos empenhados em reestruturar as Forças Terrestres, nacionalizando ao máximo de seus equipamentos, os seus processos, o seu pensamento, e as suas soluções, de forma a tomar o Exército instrumento cada vez mais eficaz, adequado à nossa realidade atual, e capacitado a desdobrar-se, em bases sólidas, para

proporcionar segurança na grandeza do amanhã. E estamos igualmente devotados a, não apenas assegurar a paz para o desenvolvimento, mas em contribuir diretamente para antecipá-lo.

Como Chefe do Estado-Maior e em nome do Exército, convoco Vossas Excelências a que busquem soluções brasileiras para os problemas brasileiros.

A que se mantenham decididos e coesos, apoiando o poder civil para as massas do progresso.

E sob a liderança incontestável do Comandante Supremo das Forças Armadas, trabalhamos juntos, ajudando-o a manter a união, que veio da juventude na Academia, atravessou a vida em meio, culminou na chefia da Revolução de Março refletiu a todas as intrigas e nem a morte abalou afirmando-se mais viva e mais tangível no juramento que também é um pouco de todos e de cada um de nós: "... de mimhos meus não cairá a bandeira que juntas desfaleceram, diante três anos de tormenta, para salvar o País de um naufrágio no qual socorriam os valores democráticos que a maioria emarcadora dos brasileiros deseja preservar para o futuro."

Transcrevendo, pois, Sr. Presidente, o discurso do Gen. Ernesto Geisel, peço uma homenagem ao Exército ao Chefe Militar e ao amigo. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

#### O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Sr. Senadores, o requerimento de informações que encaminhei à Mesa, na presente sessão, é um documento longo e é um documento sério.

Longo, Sr. Presidente, porque são dezesseis páginas solicitando informações do Ministério da Fazenda. É um documento sério porque ele envolve a denúncia de algo que repete grave.

Passarei, em seguida, à leitura do inteiro teor do mesmo, porque mais do que os comentários que eu possa fazer, as próprias palavras esclarecem e provam a seriedade da matéria.

Sr. Presidente: "Resumo, na forma Regimental, seja encaminhado ao Excmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1.º Qual a quantidade de trigo comprada pela CACEX — Banco do Brasil — embarcado no navio Vitorio Venetto, que teve a sua carga confiscada pelos serviços fito-sanitários no Porto de Santos, no dia 21 de agosto, último?

2.º Qual a procedência do trigo?

Há uma notícia de documento público e dos meios comerciais de São Paulo que permite calcular-se o preço desse trigo na base do mais de cinquenta dólares. Se se que o trigo procedente da Bulgária e da Romênia foi oferecido à Rússia e Estados Unidos, ao preço de quarenta dólares, oferta rejeitada por ser esse trigo considerado de baixo teor alimentício, produzindo farinha de inferior rendimento e sem qualidade adequada à alimentação humana.

3.º Qual o exportador do trigo referido?

4.º Foi aberta a respectiva concorrência nacional ou internacional para a compra acima citada?

5.º Em que data e em que órgão foi essa concorrência publicada?

6.º Quais as firmas que se apresentaram a essa concorrência?

7.º Qual o preço que a CACEX pagou pelo trigo e se as condições de compra e embarque de carga do mesmo foram "FOB" na praça de origem ou "CIF" em porto brasileiro?

8.º Foi fiscalizado o embarque do trigo mencionado vindo pelo navio Vitorio Venetto?

É, no caso, uma firma tradicional, a Super Weises, Suíça, que recebe comissão para o trabalho de fiscalização e garantia de qualidade do produto. Quando o embarque é "FOB" e não "CIF", não contratam a Super Weisse não há nenhuma garantia da qualidade do produto. Ao que consta o V. Excmo. Venetto foi freiado pelo Lorde Brasileiro o que pressupõe "FOB", sem, portanto, a devida fiscalização.

9.º Porque foi descarregada uma parte da carga de trigo, no armazém nº 25, em Santos, e, uma vez constatado estar o produto padre, foi o navio Vitorio Venetto posto ao largo voltando a uma segunda descarga para uma segunda descarga do mesmo trigo já condenado?

10.º Porque uma parte do trigo teve o exame fito-sanitário pela Defesa Vegetal do Ministério da Agricultura e a segunda descarga não a teve?

11.º Onde foi colocado o trigo descarregado?

12.º Procede a notícia de que esse trigo teria sido misturado com outro considerado bom e de outra procedência? Onde? Como? Por que?

13.º É verdade que essa carga de trigo do navio Vitorio Venetto foi suspensa no início do seu desembarque porque os moinhos de São Paulo recusaram-se a recebê-la?

14.º O Governo irá apurar a informação de que o funcionário encarregado do trigo, em São Paulo, está atuando os moinhos a que acedem se trigo sem qualidade, sob a ameaça de perderem suas respectivas colas?

15.º Sobre o baixo teor alimentício do mencionado trigo foi ouvida alguma autoridade do Instituto Bromatológico ou da Divisão Fito-sanitária do Ministério da Agricultura?

16.º Na hipótese de ter havido mistura com trigo de boa qualidade foi essa procedência tomada de acordo com alguma autoridade sanitária?

Qual essa autoridade?

E a que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cassio Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

#### O SR. ANTONIO CARLOS:

(Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr. Senadores, a CACEX, quando em Santa Catarina, apesar de ser uma de suas próprias governamentais, não pôde fazer uma plena expansão, pois, devido à insatisfação pública, se considerando de modo a constituir-se numa fonte de riqueza considerável.

Com uma longa história muito conhecida ao público, de centros de produtores, possuindo uma poderosa estrutura que, há muito, dedica-se à pesca artesanal e com peixes ricos, em quantidade e qualidade, em este lugar, meu Estado está a crescer, no setor, um atendimento prático e eficiente.

Hoje, face às condições acima, já estamos aplicando a técnica moderna, que, ligada à experiência, tem nos permitido um avanço meritório. Barcos de maior porte, com tripulações especializadas, que respondem pelo abastecimento de carne e peixe, desde os grandes centros consumidores do Estado do Paraná e São Paulo, até o ponto de consumo do próprio Estado de Santa Catarina.

Inúmeros frigoríficos beneficiam o produto catarinense e alguns deles já se dedicam, com êxito, à exportação. Essas instalações absorvem não só a produção de vários barcos, como também a dos pequenos lanchas motorizadas que, às milhares, se fazem, nos praias catarinenses, em instrumentos de trabalho dos profissionais da pesca.

Um dos centros mais promissores dessa atividade de alto alcance para a economia catarinense é a praia da Barra do Sul, no Município de Araquari, no litoral norte de meu Estado. Nessa localidade, já existe um frigorífico de capacidade média, que é abastecido por centenas de lanchas motorizadas, utilizadas na pesca do camarão e peixes de alta qualidade. Barra do Sul localiza-se à foz do canal sul da Baía da Babitonga, onde se situa a Ilha de São Francisco, Município do mesmo nome. A barra desse canal é utilizada pelos embarcações pesqueiras para o fim de ganharem o mar aberto, quando vão pescar, e regressarem às suas bases para a descarga do produto, ao término da jornada. Centenas de pescadores precisam de fazer esse percurso e utilizar aquela barra para ganharem a vida. Essa barra sempre dera livre acesso a pequenas embarcações, por força da corrente que circundando a Ilha de São Francisco fazia as águas correrem, entre as duas bocas de acesso à Baía de Babitonga, ora num, ora noutro sentido, ou em ambos, de acordo com as marés, correntes aéreas e outros fenômenos meteorológicos.

Ocorre, porém, Sr. Presidente, que, quando da construção da Estrada de Rodagem São Francisco do Sul — Joinville, a travessia do canal Sul — de nome Linguado — foi concretizada através de um atirador que interrompeu o curso da corrente de água responsável pela abertura da Barra do Sul. resultado foi o seu assoreamento.

O Governo Federal tem, periodicamente, procedido à dragagem daquela barra. O esforço tem sido, todavia, em vão. Retirada a draga, em breve, torna à situação anterior.

A única medida capaz de resolver o problema é a abertura do atirador no canal do Linguado, para construção, em uma de suas seções, de uma ponte ou de grandes boeiros, de modo a que volte a circular a corrente de água que mantinha aberta a Barra do Sul. Em fins de julho, de 63, precisamente, o Sr. Ministro dos Transportes, inspecionando os pontos catarinenses, teve a oportunidade de conhecer o problema. A ele foi dirigido um apelo, no sentido de determinar ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis a construção da obra que solucionaria o problema.

No mesmo sentido, recebi das representações daquela localidade o seguinte expediente:

Barra do Sul, 24 de agosto de 1967.

Excmo. Sr. Dr. Antônio Carlos  
Ministro de  
Senado Federal  
Brasília

Lembramos ao comprometimento de V. Excmo. a abertura dos produtores de Barra do Sul e muitos das Indústrias do Estado, especialmente das famílias Costa, Silva, nozes amigos, que se vêem em situação bastante delicada quanto ao movimento de sua indústria, dado o fechamento por colapso da barra.

Os produtores estão passando por sérios problemas, em face do não poder explorar o ramo que lhes dá o pão diário, para o sustento de sua família, pois, como V. Excmo. sabe a vida da praia é o peixe.

Na Barra do Sul está se tornando cada vez mais custoso em virtude do acesso dos canchões em mar, digo o fechamento da barra. As esperanças deste pobre povo pesador permanecem na V. Excmo. e na representação do povo catarinense na Câmara. Assim sendo, resolvemos para amparar o seu sofrimento dar conhecimento do que está ocorrendo em Barra do Sul, para que seja dada uma solução urgente em benefício daqueles pobres pescadores, que por causa do fechamento da barra



so pelo benefício que fôr alcançado em seu favor.

Nossos respeitosos cumprimentos,

A carta está assinada pelos representantes da comunidade, inclusive pelo Vereador Senhor Olibio José da Silva.

Confio, Sr. Presidente, na ação do Sr. Ministro Mário Andreazza, a quem — em nome das classes produtoras de Itajaí, saudei, quando Sua Excelência presidiu a inauguração do frigorífico do Cais do Porto daquela cidade, e de cuja ação Santa Catarina, à base de fatos concretos e providências efetivas, muito pode e deve esperar.

A Sua Excelência reitero, desta tribuna, o apelo dos pescadores da Barra do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Máximo Martins.

#### O SR. MÁXIMO MARTINS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há dias, o nobre Senador Mem de Sá enviou um requerimento à Mesa, com o qual me solidarizei. S. Ex.<sup>a</sup> solicitava informações a propósito de acordos, convênios ou tratados que estão sendo assinados com países e entidades estrangeiras, ou seja, especificamente com os Estados Unidos, sem que o Senado tenha qualquer conhecimento dos respectivos textos. Apartando S. Ex.<sup>a</sup>, formulei votos de felicidade ao seu requerimento, esperando que tivesse melhor êxito do que aquele que eu apresentara anteriormente, sobre a mesma matéria, e que até aquela data, não obtivera resposta. O mesmo aconteceu com o requerimento do Líder do MDB na Câmara dos Deputados, que também desejava saber a razão da ação secreta em convênios, tratados e acordos entre o Brasil e entidades norte-americanas, bem como a razão por que o Governo descumpra a atual Constituição que, inclusive, estabelece prazos para a remessa dos textos, sobretudo, para o Senado.

No dia 22 do corrente, afinal, me chegou às mãos a resposta do Ministério das Relações Exteriores quanto ao requerimento feito em 30 de maio.

Devo declarar que não cabe qualquer responsabilidade ao Ministério das Relações Exteriores pelo atraso dessa resposta, e sim ao sistema administrativo desta Casa. A resposta, que foi enviada em tempo oportuno e legal, tem tais atrasos nos diferentes departamentos do Senado, que somente a 22 do agosto é que foi tornada presente em meu gabinete.

Mas o que importa, Sr. Presidente, é menos o atraso administrativo interno do Senado do que o que importa o Secretário-Geral do Itamarati, o Embaixador Sérgio Correia da Costa.

Vou ler para que a Casa tome conhecimento os dois trechos principais:

Sr. Senador Cúido Mondim,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 1.281, de 30 de maio último, pelo qual Vossa Excelência, a fim de instruir requerimento do Senador Mário Martins, solicita informações sobre tratados, acordos e convênios, referentes a matéria da competência do Ministério da Educação e Cultura, firmados entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, no período compreendido entre março de 1964 até 1 de maio de 1967.

Em resposta, deve comunicar a Vossa Excelência que, na época em apelo, este Ministério regis-

trou apenas a celebração de um acordo, por troca de notas, entre os dois países, datado de outubro de 1966, para financiamento de atividades educacionais e cujo texto remeto, em anexo.

É remetido, em anexo, o texto do acordo sobre financiamento de atividades educacionais, assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, que tem o nº 413 na sua publicação e que, em nome do Brasil, foi assinado pelo eminente Ministro — na ocasião, em 5 de novembro de 1957 — José Carlos de Macedo Soares. Então, verifica-se que vem confirmar as denúncias que estávamos fazendo, não só o MDB como o representante da ARENA, no caso o Senador Mem de Sá.

E que o Ministério das Relações Exteriores, órgão incumbido de assinar acordos dessa natureza, assevera que o último que assinou com os Estados Unidos é datado de novembro de 1957. E de 1964 para cá foram assinados vários. Só do chamado MEC-USAID segundo também noticiário dos representantes norte-americanos, seriam oito assinados 19.

Verifica-se e confirma-se agora que nenhum deles passou pelo Ministério das Relações Exteriores.

O Governo não está apenas atentando contra a Constituição, quando deixa de enviar para o Senado, dentro do prazo estabelecido, a fim de ser submetido à apreciação desta Casa, qualquer convênio, tratado ou acordo entre o Brasil e entidades norte-americanas, como também já subtraiu — não se contenta de subtrair ao Senado, que é o órgão fiscalizador por excelência no exame e apreciação da matéria — como subtraiu do próprio Ministério das Relações Exteriores os acordos internacionais referentes a problemas de educação.

Sr. Presidente, não creio que tenhamos muito a ganhar ou alguma coisa a lucrar com esta inovação que decorre, por inteiro, a tradição da nossa diplomacia e nosso sistema de administração republicana, quando sempre entregamos para a chancelaria, para a palavra final do poder de representação — em todos os acordos ou convênios de qualquer ordem com entidades estrangeiras — ao Ministério das Relações Exteriores e não a outro ministério qualquer que não está feito a esses problemas.

Então vimos que a revolução de 19 de abril, além de todas essas calamidades que conhecemos, também nesse aspecto, em que deveriam ser resguardados, em todos os seus detalhes, os interesses nacionais, nesse aspecto de interesse nacional — e posso mesmo dizer de segurança nacional — o governo oriundo da revolução e o seu sucessor mantém um sistema onde quem ouve, quem fala, quem representa o Brasil não é aquele organismo que está conferido pela Constituição para tal fim.

A circunstância de o Ministério das Relações Exteriores, em resposta a requerimento que apresentei, informar que, desde 1957, lá não consta, lá eles ignoram, não têm conhecimento de qualquer convênio, acordo ou tratado de sentido educacional ou cultural, celebrado entre entidade brasileira, entre o Governo brasileiro e o governo americano, demonstra, Sr. Presidente, que estamos — muito embora se diga que, na aparência, o País, o regime está funcionando — que houve, realmente, subversão total em nossa Pátria, com o advento do Movimento Militar de 19 de abril.

Tendo o nobre Senador Mem de Sá encaminhado um requerimento, o qual acredito terá a mesma sorte que o meu, de resposta que não terá nenhum esclarecimento, vou reservar-me para fazer requerimento a todos os Ministérios, seguindo o exemplo citado e aprovado pelo atual Governo, pois hoje, cada Ministério ficou com o direito de celebrar contratos, convênios e compromissos em nome de todos nós, do Senado, do Presidente

da República, enfim, da Nação, sem que tenhamos nenhuma informação a respeito e possamos afirmar que seja à revelia do País.

No instante em que louvo o Ministério das Relações Exteriores, por sua atitude, quando responde ao nosso requerimento, conceder a atuação do atual Governo, que segue as diretrizes do Governo anterior, de permanecer delegando atribuições que não lhe são inerentes a órgãos que não têm, organicamente, condições para funcionar em tais matérias e concomitantemente, subtraindo a um dos Poderes da República, que é o Poder Legislativo, o direito de examinar e julgar tais atos, de lhes dar trânsito livre ou não.

O que se verifica, Sr. Presidente, é que o Governo coloca-se na faixa da irresponsabilidade. Consequentemente, capaz de cometer sanções, se assim chegarmos à conclusão de que seria o único remédio para corrigir esses males.

De qualquer modo, vê-se que a Nação está indefesa, porque, em matéria de contratos, convênios e acordos com nações estrangeiras, pela primeira vez na História do Brasil — e talvez única na História de qualquer país realmente organizado — o Ministério das Relações Exteriores não é ouvido, não é chamado, não é consultado, enfim, é colocado inteiramente de lado, como se não existisse, e não ser para outras funções e outras atribuições. (Muito bem!)

#### O SR. EURIQO DEZENDE:

Pelo a palavra Sr. Presidente, como Líder do Governo.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra, como Líder do Governo, o nobre Senador Eurico Rezende.

#### O SR. EURIQO DEZENDE:

(Como Líder do Governo — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ouvimos, com a atenção que S. Ex.<sup>a</sup> sempre nos merece, o discurso comentário que vem de ser pronunciado pelo nobre Senador Mário Martins. S. Ex.<sup>a</sup> trata da matéria pela segunda vez. E, agora, exhibe e coloca suas considerações em expediente que, através de resposta a pedido de informação lhe foi endereçado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup> e à Casa que a Liderança do Governo irá reunir os elementos necessários a fim de responder às críticas do nobre colega. E confortar-nos, mais uma vez, como se outras vezes não bastassem, a certeza de que S. Ex.<sup>a</sup> se encontra numa nova tarde de inusitada antiparlamentar. (Muito bem!)

#### O SR. SENADOR MENDIM:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Júlio Leite.

#### O SR. JÚLIO LEITE:

(Lê o seguinte discurso).

Senhor Presidente, Senhores Senadores, atendendo a reclamação que chegaram dos municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, solicito ao Ministério do Interior, em abril do ano em curso informações sobre as obras de eletrificação realizadas pela Superintendência do Vale do São Francisco, no Estado de Sergipe. Através do Aviso nº 532, venho de receber do Ministro Albuquerque Lima os esclarecimentos que me habilitam a voltar ao assunto, tendo em vista a importância para uma considerável área do meu Estado, ainda hoje carente de energia.

Acredito não ser necessário ressaltar a inter-relação existente entre a oferta de energia e o processo de desenvolvimento econômico, tese pacifi-

camente aceita, desde que se incorporem a dimensionar o progresso das regiões, rou à técnica moderna a prática de, entre outros, pelos índices de consumo de energia. No caso de Sergipe essa relação é ainda mais íntima, porque se evidenciam limitações físicas quanto ao dimensionamento de suas propriedades agrícolas, que constituem a base de sua economia, elas necessitam aplicar técnicas racionais de exploração intensiva que lhes permitam compensar sua pouca extensão. Decorre sobretudo desse fato a importância que atribuímos à eletrificação rural em nosso Estado, para o que contou a Superintendência do Vale do São Francisco, com dotações que somaram 235 mil cruzeiros novos em 1965 e 465 mil em 1966. Em 1964 e no corrente exercício, não houve consignação orçamentária para Sergipe, neste setor. Das importâncias atribuídas ao meu Estado foram aplicados 229 mil 147 cruzeiros e 3 centavos em 1963, vale dizer, 93% dos recursos destinados e 143 mil 629 cruzeiros e 62 centavos, ou seja, 33% da dotação, em 1963.

Com os recursos constantes do Orçamento de 1963, foram concluídas três obras, uma das quais foi a ligação Graco Cardoso — Porto da Folha, na extensão de 35 km., há poucos dias inaugurada e que permitirá que a energia da CHESF atinja e beneficie o alto sertão sergipano. Empregando cerca de 70 mil cruzeiros novos logrou também a SUVALE concluir a rede de distribuição urbana na cidade de Pacatuba.

A obra mais importante no entanto, foi a construção de uma rede de 13,8 kv, com 62 km. de extensão, destinada à eletrificação rural que deverá beneficiar os municípios de Propriá, Neópolis, Brejo Grande, Canhoba, Pacatuba, Amaro de São Francisco e Ilha das Flores. Trata-se de uma linha já concluída mas que, segundo a resposta ao meu requerimento de informações, não foi até hoje energizada, isto é, não foi ligada à rede de distribuição. De tal sorte, Senhor Presidente, que a obra transformou-se num investimento até agora improdutivo, numa imobilização de recursos por todos os títulos injustificável contra o que reclamam e protestam os municípios beneficiários.

Não sei a que órgão cabe a responsabilidade pela falta de ligação desta linha à rede distribuidora. Mas posso afirmar não ter ficado satisfeito por falta de recursos. Uma vez que das dotações orçamentárias de eletrificação para 1963, em 1964, a Superintendência do Vale do São Francisco aplicou apenas 235 mil.

Das seis dotações do exercício passado, duas, no montante de 40 mil cruzeiros novos destinadas à eletrificação rural de Japaratuba e a sergipana de energia elétrica do Porto da Folha não foram aplicadas. Da outra que deveria ser empregada na linha para Nova N. Sra. da Glória, utilizou a SUVALE, em estudos, apenas 323 cruzeiros novos e 28 centavos, do total de 20 mil cruzeiros novos.

Das três restantes apenas a rede interna da cidade de Pacatuba foi concluída com a aplicação de cerca de 30% dos recursos disponíveis, que somavam 25 mil cruzeiros novos. Restam, portanto, 320 mil cruzeiros novos, dos quais 230 mil destinados à eletrificação rural a cargo do CONDESE, que aplicou 94 mil, quarenta e um cruzeiros novos e noventa e quatro centavos na aquisição de material destinado à eletrificação rural nas linhas Propriá-Canhoba e Propriá-Pinatuba, devendo, quando concluída, beneficiar os municípios de Amparo, Canhoba e Propriá. Os 40 mil cruzeiros novos restantes foram integralmente utilizados na rede de distribuição urbana nas sedes municipais de Ilha das Flores e Brejo Grande, encontrando-se a obra em fase de aquisição do material.

Revela por fim a resposta da Superintendência do Vale do São Francisco que, além dessas, realizou em Sergipe mais duas obras apenas: a linha da transmissão Carrapicho-Nópolis e o sistema de transmissão Graco Cardoso-Pôrto da Folha — Gararu, concorrendo para esta última, apenas com o custeio parcial. Como o documento esclarece que as obras programadas pela SUVALE em Sergipe "compreendem ramais de eletrificação rural, derivando da linha-tronco que corre às margens do São Francisco, desde Canhoba até a foz", conclui-se que além das que estão aqui discriminadas, nenhuma outra deverá ser encetada, uma vez que os municípios a serem beneficiados são, exatamente, os que se encontram enumerados nas linhas dadas como concluídas.

Verifica-se dessas informações, Senhor Presidente, que embora representem menos de 1% do total consignado nesses dois anos à eletrificação através da SUVALE, os recursos que deveriam beneficiar o meu Estado não foram integralmente aplicados. Quero crer que a dificuldade em cumprir o programa orçamentário se deva ao problema da capacidade de investimento direto desse órgão do Governo. Trata-se, segundo o ex-Ministro Roberto Campos, de uma deficiência estrutural da administração pública, constatada durante o Governo passado, quando da execução do Plano de Investimentos públicos que deveria ter sido executado em 1965 e 1966. Esse problema que é básico para os países subdesenvolvidos, precisa ser convenientemente avaliado entre nós. Não se pode conceber que, carecendo de investimentos nos setores de sua infraestrutura, fique o país condicionado, limitado a uma capacidade de aplicação de recursos que é notoriamente inferior à soma de valores colocados à disposição das agências governamentais.

No caso específico da rede não energizada em Sergipe, que se encontra concluída, deve-se ter em consideração que, além da Superintendência do Vale do São Francisco, atuam no setor de eletrificação, total ou parcialmente no Nordeste, a Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, a SUDENE, diretamente e através de sua subsidiária, a CERNE — Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste, as Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobrás, e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Se a um deles faltam condições e recursos para cumprir um programa de obras, há de mais justo de que aplicar, através de outro, as disponibilidades que excedem a sua capacidade de envolver.

Já não se concebe, Senhor Presidente, que deficiências de ordem administrativa impeçam dificultem os retardem a aplicação de pré-investimentos que são essenciais ao desenvolvimento brasileiro. Uma ação conjunta e uma iniciativa em favor de uma coordenação ampla de todos os escalões administrativos que atuam no Nordeste, pode e deve ser desenvolvida, com o objetivo de dar àquela importante área do território nacional, condições de ampliar suas perspectivas de desenvolvimento, que vão redundar em benefício de todo o país. No momento em que o aparelhamento técnico e administrativo dos órgãos governamentais tiver esgotado sua capacidade de aplicação de recursos, não pode nem deve o Governo prescindir da colaboração da iniciativa privada, que tem inegável capacidade potencial de complementar a ação pública e que por isso mesmo, precisa ser convocada para participar desse esforço.

É um imperativo das economias em sorte de expansão, notadamente onde em volume compatível com a demanda, que as disponibilidades sejam criteriosamente aplicadas; e numa tal

velocidade, que os empreendimentos possam cumprir sua função no menor prazo possível, a fim de que a renda por eles gerada, possa ser novamente utilizada na promoção de novas iniciativas. Temos que considerar que um investimento em obra que por imprevidência de programação, ou falta de recursos para ser complementada, deixa de funcionar no prazo previsto, além de revelar falha na técnica de planejamento, ou incapacidade na fase de execução, torna-se uma imobilização anti-social. E uma das duas alternativas está ocorrendo no que se refere à eletrificação de algumas áreas do Nordeste.

Quero crer, no entanto Senhor Presidente, que o Ministro Afonso de Albuquerque Lima seja o homem público indicado para exercer, no âmbito do Nordeste, essa iniciativa em favor da coordenação ampla a que há pouco me referi. Sei que medidas dessa natureza fazem parte dos objetivos estratégicos do Governo. O Ministro Hélio Beltrão, com frequência, tem se referido ao rendimento da máquina administrativa e em nenhum outro setor esse aumento de eficiência seria mais proveitoso do que no Nordeste.

Ao lado da efetiva e integral aplicação dos recursos, que pode ser solucionada com a adoção de medidas de caráter eminentemente administrativo, não se pode deixar de ressaltar outras providências, igualmente essenciais para tornar mais produtivos os recursos empregados pelos órgãos do Governo.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao planejamento integral dos investimentos setoriais naquela área, que deve ser feito sob a égida do Ministério do Interior convocando-se uma reunião conjunta, em que todos os órgãos interessados examinem, sob o ponto de vista das respectivas atribuições e disponibilidades financeiras, as obras a serem realizadas dentro de uma escala de prioridades que atenda sobretudo, ao premente interesse das regiões notoriamente carentes de energia. Essa providência, que pode ser tomada prevendo-se as aplicações plurianuais do Governo seria necessariamente, complementada por reuniões anuais, que teriam a finalidade de proceder aos indispensáveis reajustamentos, ao início de cada exercício financeiro.

A segunda medida diz respeito, finalmente, ao estabelecimento de um programa de investimentos em que fossem divididos os empreendimentos e as obras que caberiam a cada um dos órgãos executores da política energética do Governo Federal, estreitando-os com as agências especialmente dos governos estaduais e municipais. Discriminados dentro de um programa geral poderiam os recursos, as obras e as iniciativas do setor público ser atribuídos a cada uma das repartições, dentro de linhas definidas de atribuições que deveriam considerar, entre outros elementos a capacidade de aplicação das dotações de cada um dos órgãos integrantes do programa energético do Governo.

Exemplo dessa imperiosa necessidade está na carta que venho de receber do Presidente do INDA, o ex-Senador Dix-Huit Rosado a propósito do pedido de eletrificação rural em Lagarto Itaporanga e São Cristóvão, endereçado pela bancada sergipana ao Presidente Costa e Silva. Diz Sua Excelência, em carta datada de 25 de

De acordo com o solicitado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pela ilustre Representação do Estado de Sergipe, no Senado e na Câmara, tenho o prazer de comunicar que o Gabinete Civil da Presidência da República acaba de encaminhar a este Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA, a carta de 2 de

junho último, da qual V. Exa. é um dos signatários solicitando a extensão do plano de eletrificação rural aos municípios de Lagarto, Itaporanga e São Cristóvão. Conforme é do conhecimento de V. Exa., o INDA, através do convênio firmado com a CERNE, em 1.6.66, já iniciou a eletrificação rural do Nordeste brasileiro, sendo que em Sergipe, esse indispensável melhoramento para o desenvolvimento rural, foi começado por Itabaiana, Município Modelo do Estado.

No momento, esta Autarquia aguarda os resultados dos estudos preliminares que estão sendo realizados pela CERNE, visando a eletrificação da área nordestina, para o que o INDA já liberou NCr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros novos) a fim de tomar as providências que foram julgadas necessárias, com relação ao assunto.

Sugiro um contato da Representação Política de Sergipe com a CERNE, órgão executor do mencionado convênio o que facilitará melhores esclarecimentos com relação ao que está sendo planejado para os municípios de Lagarto, Itaporanga e São Cristóvão podendo conter, desde já, com o apoio desta Presidência, dentro das atuais possibilidades do INDA.

Vê-se, portanto, que são realmente essenciais as duas providências: a elaboração de um planejamento integral e a coordenação das atividades dos organismos atuantes no setor. Ambas as tarefas encontram amparo legal no elenco de atribuições do Ministério do Interior que absorveu o Ministério Extraordinário em boa hora encarregado de coordenar, no sentido mais amplo, os organismos de atuação regional. A única dificuldade para a execução de um plano dessa natureza reside na pulverização de verbas, injustamente atribuída ao Congresso Nacional, quando da discussão e votação da proposta orçamentária. No regime constitucional em vigor, esse problema está superado pela proibição de se discriminar os quantitativos destinados a planos globais de investimentos propostos pelo Poder Executivo. O Governo tem condições para planejar globalmente suas obras atribuir-lhes os recursos necessários à sua execução, e aplicá-los sem a inconveniência do Congresso, salvo no que diz respeito à aprovação, sem emendas.

Partindo desse pressuposto, estou convencido de que sugestão como a que estou formulando não cairá no vazio da indiferença. Antes confio em que dela tomando conhecimento, o Ministro Albuquerque Lima, se lhe reconhecer a procedência, encontrará meios de avaliar sua viabilidade e conveniência, levando-a a bom termo, no interesse do meu Estado mas sobretudo no interesse do Nordeste e do Brasil. (Muito bem; muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Cleodomir Millet.

O SR. CLEODOMIR MILLET:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, no princípio deste mês, ocupei a tribuna, desta Casa, para denunciar um novo tipo de fraude eleitoral que se inaugurara no meu Estado: o Deputado João Américo de Souza se enscreveu candidato à eleição de 1966, sem ter o domicílio eleitoral no Maranhão.

O Deputado João Américo de Souza, portador do Título Eleitoral número 6.666 da 1ª Zona de São Luís que lhe foram expedido em 1957, transferira seu domicílio para a Guanabara, em 1960, a 22 de março. Lá

lhe foi entregue o título nº 14.732. No mesmo ano, em setembro, transferiu sua inscrição eleitoral para Brasília, onde obteve o título número 17.157, com o qual votou nas eleições do ano de 1960 e no plebiscito de 1963. Em 1965, cancelou sua inscrição, em Brasília, e voltou ao Maranhão, revalidando ali seu título anterior, nº 6.666, com o qual se habilitou ao registro de sua candidatura a deputado federal.

Na ocasião, Sr. Presidente, declarei e assumi mesmo o compromisso, perante o Senado, de que, se o Senador Deputado João Américo de Souza lizesse sua defesa, eu me encarregaria de, nesta Casa, lê-la, entregando os pontos, se me convencesse ou sem-raza de minhas acusações. O Ex.ª, sexta-feira última, falou na Câmara dos Deputados. Ao invés de me contraditar, confirmou todas as acusações que lhe fiz, exceto uma, que não era, realmente, acusação minha — defendeu-se da acusação, rápido o tempo, que lhe fazia um funcionário do Cartório da 4ª Zona da Guanabara, sobre o desaparecimento de documentos constantes do processo de inscrição, no antigo Distrito Federal. Mas, na ocasião, todos se lembram — o funcionário do Cartório do Cartório, comunicando ao Juiz o desaparecimento do documento e responsabilizando, pela subtração dos mesmos, o Sr. Deputado João Américo de Souza.

De modo que se ele é inocente, caso a sua defesa deverá ser feita perante o Juiz da 4ª Zona de Botafogo, na Guanabara, que já encaminhou a comunicação ao funcionário do Cartório ao Poder Público para exercer a denúncia, se for o caso.

No que me compete, Sr. Presidente, quero dizer a esta Casa que o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, na sessão de segunda-feira última, recebeu, acolheu a minha representação e decidiu, por unanimidade, considerar o título do Sr. José Américo de Souza, da 1ª Zona de São Luís, cancelado desde 22 de março de 1960, quando se transferira para a Guanabara.

Assim, Sr. Presidente, o Tribunal do meu Estado, por unanimidade, reprovou, reconheceu que as alegações que levei ao seu conhecimento eram de fato procedentes. E com essa decisão, se verifica que, realmente, o Deputado João Américo de Souza não ia eleitor, no Maranhão desde março de 1960. Não poderia, por conseguinte, ter usado seu antigo título para se registrar como candidato nas eleições de 1966.

Era a comunicação que descajava fazer ao Senado, adiantando, ainda, que daí entrada no Tribunal Regional de Brasília, de uma outra representação, pedindo que a Egrégia Corte Regional considerasse nulo o ato do Juiz de Brasília que cancelara a inscrição eleitoral do Senhor João Américo de Souza no Distrito Federal.

Aqui é que ele, realmente, deve ter o seu título, que espero o Tribunal Regional haverá de manter, anulando o ato irregular praticado pelo juiz eleitoral de Brasília.

Com estas informações, Sr. Presidente, deixo o Senado com a complementação da denúncia que fiz no dia 9 de agosto, se não me engano. O resto, será com a Justiça. Irei, oportunamente, ao Tribunal Superior Eleitoral com o resultado dos pronunciamentos dos Tribunais Regionais do Maranhão e de Brasília, para pleitear as medidas que entender de justiça, no sentido de completar o saneamento do processo e do rito eleitoral do meu Estado, iniciado, sob tão bons auspícios, sob a supervisão do próprio Tribunal Superior Eleitoral. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — O Sr. Senador Sigefredo Pacheco, em expediente encaminhado à Mesa, comunica ter-se

encerrado o período de licença que lhe tinha sido concedido. Volta, assim, S. Exa., nesta data, ao pleno exercício de seu mandato.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

#### O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, sábio é o adágio popular que diz que o uso do cachimbo faz a boca torta. Estimulados pelo precedente aberto pela Câmara Municipal de Nova Iguaçu, no meu Estado, o Estado do Rio, reuniram-se também os vereadores de Paracambi, altas horas da noite, e decidiram decretar o "impeachment" de seu Prefeito, e também, do Vice-Prefeito daquela comuna, muito embora o prefeito eleito pela legenda do MDB, concorrendo com mais quatro candidatos da ARENA e do MDB, tenha obtido, no último pleito, uma soma de votos superior à de todos os outros candidatos reunidos.

Quero, entretanto, fazer justiça, porque, no caso de Paracambi, não houve nenhuma interferência militar. Mas houve, certamente, um estímulo do que ocorrera em Nova Iguaçu.

A Câmara de Vereadores de Paracambi era constituída, a princípio, de quatro vereadores do MDB e três da ARENA, sendo o presidente membro do MDB. Este se passou para a ARENA e, em seguida, renunciou à Presidência da Câmara, o que ocorreu também com o Vice-Prefeito, em consequência do que a Câmara elegeu para Presidente um membro da ARENA.

O que é sintomático, Sr. Presidente — daí eu chamar a preciosa atenção de V. Exa. e desta Casa — é que o impedimento não se cingiu ao Prefeito do Município, pelos atos que a Câmara enumerou, mas se estendeu, também, ao Vice-Prefeito, que nunca esteve no exercício de suas funções. Para quê? É evidente: para que um Vereador assumisse a chefia do Executivo Municipal sob a alegação de que o Prefeito cometeu irregularidades, o que não acredito, porque sei que S. Exa. é um homem honesto, com grande conceito em Paracambi.

Por que a extensão do impedimento ao Vice-Prefeito? Para colocar um Vereador à frente do Executivo Municipal, já que o Vice-Prefeito não estava em causa.

Quero crer que um dos motivos desse evento foi o erro que aqui cometemos quando aprovamos mensagem do Executivo de não pagamento de subsídios a Vereadores dos municípios de população inferior a 100.000 habitantes. Os Vereadores, a não ser que tenham grande espírito público, entendem que a vereança é um *munus* público, pressionam o Prefeito no sentido da concessão de certos favores. O Prefeito, não querendo atender a essa solicitação, corre o risco de ver o seu mandato cassado; uma vez que os Vereadores estão estimulados pelos precedentes que se registram na história do Rio, com frequência assustadora. Hoje, certamente, todos os Prefeitos põem "as barbas de molho", para usa a expressão popular. E não só os Prefeitos, mas os Vice-Prefeitos, dando assim ensejo a que um Vereador assumia a Chefia do Executivo Municipal.

Foi o que ocorreu em Nova Iguaçu quando assumiu o Executivo um dos Vereadores, que imediatamente mandou abrir um crédito especial de dois milhões de cruzeiros para atender a despesas da Câmara Municipal.

Não podemos silenciar ante esses fatos, mesmo porque tivemos conhecimento por parte do nobre Deputado Curi, da representação do MDB fluminense, na Câmara dos Deputados, de que 3 dos Vereadores que ainda integram o MDB, cujos nomes constam da ata do impedimento do Prefeito como tendo comparecido a essa reunião, realizada na casa de um dos Vereadores e não publicamente, na sede da Câmara Municipal, de fato

não compareceram. Mas seus nomes constam da ata como tendo comparecido e concordando, alguns deles, com esse impedimento.

Avertido por V. Exa., Sr. Presidente, de que hoje temos de encerrar a sessão dentro de poucos minutos, de vez que está convocado o Congresso Nacional para às 16,30 horas, termino, levantando meu protesto contra esse fato e esperando que o mesmo não fique impune. Precisamos modificar, com urgência, a legislação, para evitar casos como esse, em que vereadores, não satisfeitos nas suas ambições e nos seus desígnios, decretam o impedimento, usando de atas falsas, incluindo nomes de quem não está presente, a fim de forçar o afastamento de um prefeito, eleito pela maioria absoluta dos eleitores de Paracambi, precisando esse mesmo prefeito bater às portas da Justiça, para reparar o mal que os vereadores fizeram àquele município. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Mello Braga, que dispõe de oito minutos para sua oração.

#### O SR. MELLO BRAGA:

Sr. Presidente, são poucas as palavras.

Prendia, nesta oportunidade, referir-me à Convenção que se realiza em Londres, onde a delegação do Brasil, lutando contra todas as representações da África, algumas da América Central e muitas de países consumidores, tem estado verdadeiramente impensada para ceder terreno naquilo que conseguimos em lutas anteriores. Daí a provocação, para que não possamos mais produzir o café solável, como termos, também, nossas cotas de exportação, reduzidas.

Confiamos, entretanto, em que o bom-senso ainda possa prevalecer e, dessa convenção, possamos sair sem maiores arranhões.

Para fazer um pronunciamento nesta oportunidade, desejava ter, antes, conversado com o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, que, neste momento, deve estar chegando a Brasília, porquanto, hoje, às 7 horas, chegava ele ao Rio de Janeiro, vindo de Londres, e em seguida, iria ter entendimentos com os Ministros da Fazenda e do Exterior; deveria falar, então, com Sua Excelência o Sr. Presidente da República aqui em Brasília.

As palavras do Ministro Macedo Soares, no aeroporto, hoje, pela manhã, até certo ponto, procuram trazer-nos um pouco de tranquilidade, segundo me foram transmitidas. Há pouco, do Rio de Janeiro, por telefone, por elemento do I.B.C.

Disse S. Exa. o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ao desembarcar: "A X Reunião da Convenção

Internacional do Café discute, neste momento, o convênio para o próximo ano cafeeiro, de setembro de 1967 a setembro de 1968.

O café continua sendo para o neste momento, o convênio para a ampliação do nível aquisitivo de nossas populações, para preservação da capacidade nacional de importar e para a continuidade do volume dos negócios.

Portanto, é absolutamente indispensável a defesa tranqüila, firme e decidida dos interesses cafeeiros nacionais no âmbito do convênio, considerado por todos, instrumento necessário à ordenação do mercado.

A posição brasileira já foi definida expressamente em meu discurso na sessão plenária da atual reunião de Londres, que a imprensa publicou amplamente, como tendo focalizado com intensidade os problemas decorrentes das negociações em curso.

É inegável que a situação em Londres apresenta aspectos realmente delicados. Não podemos, um momento sequer, descuidar os interesses nacionais, mas é necessário tanta serenidade quanto firmeza e segurança.

Regresso ao Brasil por imposição de outros assuntos urgentes de minha pasta, mas deixo o Presidente do IBC na chefia da Delegação, confiante em que a sua habilidade levará a bom termo nossa missão, vencendo com a ajuda e a experiência do Itamarati todas as dificuldades.

Em suma, não sou pessimista. Estou certo de que chegaremos a bom resultado para os interesses brasileiros.

Por enquanto é apenas o que posso declarar antes de avistar-me com o Presidente da República e com os Ministros da Fazenda e Exterior, pois a posição brasileira constitui uma ação de Governo, e não um ato isolado deste ou daquele administrador.

Sr. Presidente, reservo-me para, em outra oportunidade, voltar à tribuna e, se necessário, violentamente acusar aqueles que estão impedindo uma economia como a do café, que é a base da economia brasileira, e que não pode ser relegada a segundo plano.

Reservo-me, outrossim, para voltar ao assunto quando esse convênio, que se realiza hoje em Londres, vier ao Plenário deste Congresso a fim de ser ratificado, pugnando pela sua aprovação ou recusa, se tal for necessário.

Poderíamos lembrar que, quando por ocasião do convênio do ano passado e do ano retrasado o Senado americano se opôs fôsse ratificado o convênio realizado em Londres, o Brasil teve de fazer concessões, reduzindo seu preço, para que o Senado americano ratificasse o convênio.

Por conseguinte, vamos nos reservar o direito de sobre esse convênio nos pronunciarmos, aceitando-o, ou rejeitando naqueles itens que forem danosos aos interesses da economia brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Foram encaminhados à Mesa: pelo Senador Gilberto Marinho, requerimento de informações ao Sr. Ministro da Educação, sobre a irregularidade no pagamento de vencimentos dos professores-horistas da Universidade do Rio de Janeiro, e quais as providências adotadas para sanar as referidas irregularidades; e pelo Senador Edmundo Levi, projeto de lei orgânica do cooperativismo.

Ambas as proposições serão incluídas no expediente de amanhã, na forma regimental.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### ATOS DO 1º SECRETÁRIO

#### PORTARIA Nº 55, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963 resolve desligar Raimundo José Francisco para exercer a função de Continuo do Gabinete do Presidente da Comissão de Segurança Nacional.

Secretaria do Senado Federal, 25 de agosto de 1967. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

#### PORTARIA Nº 57, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve desligar Sylvio Pinto de Carvalho, Oficial Legislativo PL-6, do Gabinete do Presidente da Comissão de Saúde e designá-lo para exercer a função de Secretário do Gabinete do Presidente da Comissão de Legislação Social.

Secretaria do Senado Federal, 29 de agosto de 1967. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão designando para a próxima a seguinte

#### ORDEM DO DIA

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 1º DE SETEMBRO DE 1967

(SEXTA-FEIRA)

1  
Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que cria a Superintendência do Vale do Paraíba e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 456, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade.

2  
Discussão, em turno único do Parecer nº 210, de 1967, da Comissão de Legislação Social sobre o Ofício s/n. de 25 de junho de 1966, do Senhor Presidente do IV Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, sugerindo alteração da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 (Lei do Inquilinato), na parte referente ao prazo para a ação de despejo contra o inquilino. (Parecer pelo arquivamento.)

3  
Discussão, em turno único, do Parecer nº 211, de 1967 da Comissão de Legislação Social sobre o Ofício s/n. do Presidente do IV Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, peticionando medidas referentes à aplicação, aos créditos trabalhistas de qualquer natureza dos princípios de atualização do valor monetário, pelo sistema de correção monetária. (Parecer pelo arquivamento.)

4  
Discussão, em turno único, do Parecer nº 418 de 1967, da Comissão de Relações Exteriores sobre o Ofício s/n. de 31 de janeiro de 1967, pelo qual o Presidente do Congresso da República da Guatemala, encaminha cópia do Acórdão do Primeiro Congresso Centroamericano de Congressos (Parecer pela publicação no Diário do Congresso Nacional do documento e posterior arquivamento).

Está encerrada a Sessão.  
(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 30 minutos.)

### ATOS DO DIRETOR-GERAL

#### PORTARIA Nº 125 DE 30 DE AGOSTO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve dispensar, a pedido, Celia Thereza Assumpção, Oficial Legislativo PL-5, das funções de Chefe da Seção de Protocolo da Diretoria do Expediente, louvando-a pelos bons serviços prestados àquela Diretoria.

Secretaria do Senado Federal, 30 de agosto de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

#### PORTARIA Nº 106 DE 30 DE AGOSTO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Elza Loureiro Gallotti, Oficial Legislativo, PL-3, para Chefe da Seção de Protocolo da Diretoria do Expediente.

Secretaria do Senado Federal, 30 de agosto de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)  
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)  
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)  
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)  
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)  
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

## Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

## DA ARENA

## DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

## Vice-Líderes:

## Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Lino de Mattos — (SP)

Manoel Vilela — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## SUPLENTE

José Feliciano

Atílio Fontana

Ney Braga

Leandro Maciel

João Cleofas

Benedicto Valladares

Teotônio Vilela

Adolpho Franco

Júlio Leite

Sigfredo Pacheco

## MDB

Aurélio Vianna

José Ermírio

Pedro Ludovico

Mários Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

## SUPLENTE

Milton Campos

Vasconcelos Torres

Antônio Carlos

Daniel Krieger

Aloysio de Carve

Benedicto Valladares

Eurico Rezende

Alvaro Maia

Wilson Gonçalves

Lobão da Silveira

Petrônio Portela

José Feliciano

Carlos Lindenberg

Menezes Pimentel

Rui Palmeira

Leandro Maciel

## MDB

Aarão Steinhilber

Antônio Balbino

Aurélio Vianna

Bezerra Neto

Mário Martins

Josaphat Marinho

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-3.  
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## SUPLENTE

José Feliciano

Benedicto Valladares

Lobão da Silveira

Adolpho Franco

Petrônio Portela

Arnon de Melo

Eurico Rezende

José Leite

Atílio Fontana

Mello Braga

## MDB

Adalberto Senna

João Abrahão

Lino de Mattos

Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## SUPLENTE

Carvalho Pinto

José Leite

Carlos Lindenberg

João Cleofas

Júlio Leite

Duarte Filho

Teotônio Vilela

Sigfredo Pacheco

Domicio Gondim

Filinto Müller

Leandro Maciel

Paulo Torres

## MDB

Mário Martins

José Ermírio

Pedro Ludovico

Josaphat Marinho

Lino de Mattos

João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## SUPLENTE

Menezes Pimentel

Benedicto Valladares

Mem de Sá

Antônio Carlos

Alvaro Maia

Sigfredo Pacheco

Duarte Filho

Teotônio Vilela

Aloysio de Carvalho

Petrônio Portela

## MDB

Adalberto Senna

Antônio Balbino

Lino de Mattos

Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## SUPLENTE

João Cleofas

Antônio Carlos

Mem de Sá

José Guomard

José Leite

Daniel Krieger

Leandro Maciel

Petrônio Portela

Manoel Vilela

Atílio Fontana

Clodomir Millet

Júlio Leite

Adolpho Franco

Mello Braga

Sigfredo Pacheco

Carlos Lindenberg

Paulo Sarasate

Celso Ramos

Carvalho Pinto

Teotônio Vilela

Fernando Corrêa

Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo

Josaphat Marinho

Bezerra Neto

José Ermírio

Oscar Passos

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## SUPLENTE

Ney Braga

Júlio Leite

Atílio Fontana

José Cândido

Adolpho Franco

Rui Palmeira

Domicio Gondim

Arnon de Melo

João Cleofas

Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino

Pessoa de Queiroz

José Ermírio

Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

**A R E N A****TITULARES**

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

José Guimard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

**M D B**

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgilio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**A R E N A****TITULARES**

Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

**M D B**

Josaphat Marinho  
José Ermírio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DE POLIGONO DAS SÉCAS**

(4 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

**A R E N A****TITULARES**

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

**SUPLENTE**

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

**M D B**

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

**A R E N A****TITULARES**

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

**M D B**

José Ermírio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antônio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

**A R E N A****TITULARES**

Teotônio Villela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guimard  
Bezerra Neto

**M D B**

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(11 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**A R E N A**

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guimard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**M D B**

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

**A R E N A****TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

**SUPLENTE**

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

**M D B**

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

**A R E N A****TITULARES**

Paulo Torres  
José Guimard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Attilio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

**M D B**

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnob de Melo**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**Vasconcelos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnob de Mello  
Paulo Torres  
José GuilomardJosé Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos  
Aarão SteinbruchArthur Virgilio  
Adalberto Sena  
Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Leite  
Celso Ramos  
Arnob de Melo  
Atílio FontanaJosé Guilomard  
Petronio Portela  
Domício Gondin  
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

**M D B**

Arthur Virgilio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Guilomard  
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Guilomard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Milet  
Alvaro MaiaLobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Siegfredo Pacheco**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.